

A OCUPAÇÃO NORTE-AMERICANA DO JAPÃO: PROMOVENDO A DEMOCRACIA POR MEIO DO AUTORITARISMO?



Douglas H. Novelli

DOCTOR
BOOKS

A OCUPAÇÃO NORTE- AMERICANA DO JAPÃO: PROMOVENDO A DEMOCRACIA POR MEIO DO AUTORITARISMO?

Douglas H. Novelli

**DOCTOR
BOOKS**

**A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**
Douglas H. Novelli

Primeira Edição - Copyright © 2021 Doctor Books.
Todos os direitos reservados.

S471 Novelli, Douglas Henrique, 1994-.

A ocupação norte-americana do Japão : promovendo a democracia por meio do autoritarismo? / Curitiba: Doctor Books, 2021.

110 p.

ISBN: 978-65-00-38537-3.

1. Estados Unidos. 2. Japão. 3. História do Japão. 4. Democratização.

CDD - 327

Lista de siglas

- | | |
|------|---|
| ACJ | - Allied Council for Japan |
| CI&E | - Civil Information and Education Section |
| FEC | - Far Eastern Commission |
| GHQ | - General Headquarters |
| JEC | - Japanese Educators Committee |
| JERC | - Japanese Educational Reform Committee |
| SACP | - Supreme Commander for the Allied Powers |

Sumário

10 Introdução

CAPÍTULO 1:

14 Os antecedentes da ocupação

14 As origens do Japão Imperial

17 A Guerra na Ásia

19 As ruínas do Império

CAPÍTULO 2:

37 As principais reformas

38 A estrutura da ocupação

42 Diretrizes da ocupação

46 A nova constituição

53 A questão do Imperador

57 O expurgo do governo

Sumário

61 A separação entre Estado e religião

63 A democratização da economia

CAPÍTULO 3

**68 Criando um novo futuro:
as reformas no sistema educacional japonês**

68 A educação na Era Meiji

70 A rendição

71 Estruturas da ocupação no campo da educação

74 Reabertura das escolas

75 As primeiras medidas

79 O expurgo da educação

82 Reescrivendo a história: o bloqueio dos livros didáticos

85 Descentralização da estrutura administrativa

Sumário

87 A Lei Fundamental da Educação

90 Conclusão

96 Referências

99 Documentos consultados

101 Lista de figuras

ANEXO 1:

**105 Declaração da Conferência de Potsdam
(1945)**

Introdução

Se costuma datar o início da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, com a invasão da Polônia pela Alemanha Nazista, ato que efetivamente deu início a guerra na Europa. Todavia, a guerra na Ásia transcorria desde 1931, com a invasão das tropas japonesas na região da Manchúria. Assim, após quase uma década e meia mergulhado no conflito, no dia 02 de setembro de 1945, a bordo do encouraçado Missouri da marinha dos EUA, o Japão assinou sua rendição, dando início ao período de ocupação pelas tropas norte-americanas, a qual durou até 1952.

A ocupação do Japão foi marcada por uma nova abordagem para se lidar com um inimigo derrotado. Os representantes norte-americanos procuraram promover no Japão a criação de instituições democráticas ao mesmo tempo em que buscavam remodelar a base da sociedade japonesa, seu sistema de ensino. Assim surge a grande pergunta que tentaremos responder ao longo desse texto: quais foram essas reformas e quais são os efeitos que as mesmas produziram na sociedade japonesa a curto, médio e longo prazo?

Para tanto, primeiramente buscaremos compreender com exatidão toda a construção histórica que levou a ocupação do Japão pelas tropas norte-americanas ao fim da Segunda Guerra. Assim sendo, a primeira metade do capítulo inicial será dedicado ao período que se inicia com a abertura forçada dos portos japoneses pelo Comodoro Mattwe Perry, em 1853 – momento que marcou o fim do período de isolamento japonês –, passando pela Restauração Meiji, seguido do nascimento

e ascensão do imperialismo japonês e pelos eventos que culminaram diretamente na guerra na Ásia.

Por sua vez, a segunda parte deste capítulo será dedicada a demonstrar a situação na qual o Japão se encontrava nos dias que antecederam ao início da ocupação, focando-se principalmente nas posições do governo japonês, assim como na destruição física e emocional causada pela guerra.

Nesses termos, caberá a este capítulo responder as seguintes questões: Como se deu a sucessão de eventos históricos que levaram o Japão a ingressar na Guerra? E, de maneira geral, qual era a situação que os norte-americanos encontraram ao iniciar a ocupação?

Partiremos então para a análise de como se deu o processo de ocupação em si, analisando primeiramente como ocorreu o diálogo entre os EUA e os demais países aliados para estabelecer as estruturas básicas de governança sobre o Japão. Estabelecido isso, ao longo do restante do segundo capítulo nos debruçaremos sobre as principais reformas políticas, sociais e econômicas promovidas pelas autoridades de ocupação, sendo elas: a nova constituição; o expurgo das estruturas administrativas; a separação entre o Estado e a religião xintoísta; e as reformas econômicas promovidas nos setores rural e industrial. Abordaremos, ainda, as principais decisões tomadas acerca da manutenção da Casa Imperial.

Assim, procuraremos através desse capítulo responder três problemáticas: Como foi estabelecida a estrutura básica da ocupação? Quais estruturas políticas, econômicas e simbólicas foram destruídas e quais foram utilizadas pelos oficiais de ocupação? E, como se deu a reforma e apropriação dessas estruturas?

Durante a Restauração Meiji, o governo imperial promoveu uma ampla reestruturação desse sistema, o qual passou a ser utilizado como o principal instrumento para criar a base social que se pretendia. Através dele, gerações foram trabalhadas para se tornarem os súditos totalmente fiéis, dedicados e nacionalistas que o império demandava. Tendo isso em mente, os americanos promoveram diversas mudanças no sistema de ensino japonês, visando não apenas desmontar a máquina de ideologia nacionalista que era, mas procurando utilizá-lo como um forte instrumento para propagar suas próprias ideologias.

Destarte, o capítulo final será dedicado exclusivamente a analisar a fundo essa reforma, a qual é considerada por muitos autores como o principal legado da ocupação, ao lado da reforma constitucional. Assim, buscaremos responder: Quais foram os antecedentes históricos que formularam o sistema de ensino japonês até 1945? Quais foram as reformas estruturais promovidas pelos norte-americanos? Quais foram os principais elementos ideológicos introduzidos? E, quais são as marcas produzidas por essas reformas?

CAPÍTULO 1

Os antecedentes da ocupação

As origens do Japão Imperial

Em 1853, quando o Comodoro Mattwe Perry, em nome do governo norte-americano, forçou a abertura dos portos japoneses, o Japão era apenas um pequeno país isolado do resto do mundo e com enormes limitações de recursos, com um terreno montanhoso que lhes deixava apenas 20% de terras cultiváveis, além de se encontrar industrialmente e cientificamente muito atrasado em relação às nações europeias. Como colocado por Paul Kennedy (2000, p. 203): “O Japão parecia destinado a permanecer politicamente imaturo, economicamente atrasado, e militarmente impotente, em termos de política mundial”.

A série de concessões econômicas que passaram a ser concedidas aos EUA e, posteriormente, a Grã-Bretanha e a Rússia, acabou por dar início a uma série de conflitos internos. Jovens samurais dissidentes do regime do shogunato defendiam que tais privilégios às potências estrangeiras denunciavam a fraqueza do governo, se posicionando a favor do estabelecimento de um novo regime, centrado no imperador, como a única forma de restaurar o Japão. A partir disso, após uma guerra civil, emergiu um novo regime focado na figura do soberano e no culto às tradições, ao mesmo tempo que buscava absorver todos os progressos militares e científicos que o ocidente havia alcançado ao longo dos séculos. Esse processo é conhecido como a Restauração Meiji.

Entre as reformas promovidas, todo o sistema judicial foi reformado, uma nova constituição foi adotada e o sistema educacional foi expandido. A marinha e o exércitos foram modernizados com o apoio de técnicos da marinha inglesa e do exército prussiano, armas modernas foram adquiridas e iniciou-se o desenvolvimento de uma indústria bélica japonesa. O Estado incentivou o desenvolvimento de uma rede ferroviária, uma indústria nacional de ferro, aço e estaleiros, assim como o incentivo a criação de um setor têxtil, por meio da construção de indústrias que eram vendidas para alguns poucos membros da elite do país. Dessa forma, sob a proteção governamental, essas firmas evoluíram para grandes conglomerados empresariais, chamados de *zaibatsus*.

Paul Kennedy ainda destaca a importância que a cultura japonesa teve para o desenvolvimento da nação. Segundo ele, o sentimento japonês de singularidade cultural e a adoração ao imperador e ao Estado geraram “uma cultura política ao mesmo tempo fervorosamente patriótica e incapaz de se deixar desestimular pelos sacrifícios” (KENNEDY 1989, p. 204). Assim, apesar de sua escassez de recursos, o Japão logo se tornou a nação mais poderosa da Ásia Oriental.

Em 1895, o exército imperial derrotou a China e expandiu sua influência até a península coreana. Dez anos depois, foi a vez da Rússia Czarista ter suas pretensões imperialistas na Ásia destruídas pelo crescente poderio militar japonês. Entretanto, o Japão não teve condições de financiar tais guerras com seus próprios recursos, tendo que recorrer a empréstimos nos EUA e na Grã-Bretanha.

Para garantir a coesão interna, em 1889 foi estabelecida uma nova constituição, conhecida como a Constituição Imperial. A mesma era colocada como a “lei fundamental e

16 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

imutável”, com emendas podendo ser feitas exclusivamente pelo imperador, o qual, por sua vez, era visto como “sagrado e inviolável” (NISHI, 2004, posição digital 1000).

Juntamente com a Constituição Imperial, em 1890 foi estabelecido o Edito Imperial para a Educação, buscando disseminar na população o espírito nacionalista japonês. Para tanto, o governo passou a exercer um severo controle do ensino, estabelecendo um currículo nacional e banindo qualquer professor que se colocasse contra a ideologia pregada. Buscando criar uma despolitização na sociedade presente e futura, o governo imperial passou a focar o currículo na importância da história japonesa, a qual tinha seu ensino envolto em mitos e tradições que defendiam a superioridade japonesa e o caráter sagrado do imperador.

O missionário norte-americano Otis Cary, em um livro originalmente publicado em 1899, nos fornece uma visão ocidental contemporânea a esses acontecimentos e outras mudanças que vinham ocorrendo no Japão:

A restauração do poder ao imperador foi acompanhada por uma grande mudança na atitude da nação em relação as ideias ocidentais. O país percebeu que durante o seu longo isolamento tinha ficado para trás das nações do Ocidente. Por um tempo, pelo menos, era necessário tornar-se o aluno daqueles que tinham sido anteriormente chamados de bárbaros. Alguns pensaram que esta tutela precisaria durar apenas até que eles aprendessem as artes militares da Europa suficientemente para expulsar os estrangeiros do solo sagrado do Japão. Outros foram mais visionários e desejaram que seu país recebesse tudo o que o Ocidente pudesse ensinar. O novo governo convidou os estrangeiros a vir e dar as instruções necessárias. Europeus e norte-americanos foram empregados para modernizar o exército, abrir minas e estabelecer novas

industrias. Outros se tornaram professores de línguas e ciências (CARY, 1904, p. 67)¹.

Ao longo da primeira metade do século XX o Japão procurou continuar esse processo de desenvolvimento interno e ampliação do seu poder internacional, juntando-se aos países aliados durante a Primeira Guerra Mundial, o que lhe garantiu um lugar ao lado das grandes potências europeias na constituição do tratado de Versalhes. Como destaca John Dower (2000, posição digital 189), nenhuma outra nação não-cristã e não-branca poderia ser imaginada em tal posição de tamanho poder e influência sobre a política internacional. Essas vitórias militares fizeram com que o Japão aos poucos começasse a se ver como a nação destinada a levar a civilização as demais nações asiáticas, criando assim um sentimento de “destino imperialista” (NISHI, 2004, posição digital 847). Isso começou a se traduzir na sociedade japonesa por meio do fervoroso nacionalismo e no militarismo em suas políticas internacionais.

Ainda durante a Primeira Guerra Mundial o processo de industrialização japonês deu um salto. Suas importações e exportações triplicaram enquanto a produção de cimento e aço duplicaram, suas indústrias químicas e elétricas tiveram um grande progresso. Em 1919, sua produção de navios era sete vezes maior do que em 1914, estimulada em parte pela grande

¹ Tradução nossa. Texto original: “The restoration of the power to the Emperor was accompanied by a great change in the attitude of the nation toward Western ideas. The country realized that during its long isolation it had fallen behind the nations of the West. For a time, at least, it was necessary to become the pupil if those who had been called barbarians. Some thought that this tutelage need last only until they had sufficiently learned the military arts of Europe to drive the foreigners from the sacred soil of Japan. Others were more far-sighted and desire their country to receive all that the West could teach. The new government invited foreigners to come and give the needed instruction. Europeans and Americans were employed to drill the army, open mines, and establish new industries. Others became teachers of language and science.”

procura pelos serviços de transporte marinho japonês. Além disso, suas dívidas internacionais foram totalmente quitadas, passando a ser credor (KENNEDY, 1989, p. 289).

Entretanto, quando a Europa começou a recuperar sua economia dos efeitos da Guerra, o Japão passou a sentir a enorme pressão da concorrência sobre os mais diversos setores da sua indústria. Para compensar a falta de recursos e a pouca competitividade de seus produtos, o Japão necessitava de colônias que fornecessem matéria prima e garantissem a exclusividade de seus mercados. Assim, durante as décadas de 1920 e 1930, marcadas pela instabilidade política e posteriormente econômica, começou a ganhar força nos altos círculos do governo japonês a ideia de que a única forma do Japão manter sua prosperidade seria estabelecendo uma zona de controle de mercados e de recursos no leste asiático, a chamada “Esfera de Co-prosperidade Asiática”.

Nesse cenário, embora passasse por diversas dificuldades econômicas, os gastos japoneses com as forças armadas eram crescentes, chegando no final da década de 1930 a representar 70% dos gastos governamentais. Desse modo, as forças armadas japonesas se encontravam em melhores condições que as tropas italianas e com um poderio próximo as forças britânicas e francesas. Já sua marinha, limitada a três quintos do tamanho da marinha da Grã-Bretanha e dos EUA pelo Tratado de Washington (1922), na prática já estava secretamente muito além desses limites (KENNEDY, 1989, p. 291). Obter soldados também estava longe de ser um problema, graças ao sistema de recrutamento obrigatório adotado pelo Império, de forma que suas 24 divisões e seus 54 esquadrões aéreos em 1937 foram ampliados para 51 divisões e 133 esquadrões aéreos em 1941.

Assim sendo, embora tivessem se tornado a maior potência do Oriente graças as suas forças armadas, os japoneses apresentavam uma percepção apurada de sua falta de recursos naturais e da enorme fragilidade de sua economia frente aos embargos externos.

A Guerra na Ásia

Em setembro 1931, utilizando-se de uma suposta sabotagem contra uma ferrovia japonesa, o Japão deu início a uma intervenção militar na região da Manchúria, estabelecendo ali um governo fantoche denominado Manchukuo. Em fevereiro de 1933, a recusa da Liga das Nações em reconhecer esse semiprotetorado japonês, o qual inclusive foi severamente criticado, acabou causando a saída do Japão da organização.

Já, em 1937, um incidente nas proximidades de Pequim entre tropas chinesas e japonesas forneceu o pretexto necessário para a invasão da China. Conforme apontado por Demétrio Magnoli (2011, p. 397), o governo japonês via a derrubada do governo de Chiang Kai-shek como vital para promover seu plano de “coprosperidade” asiática.

A guerra na Europa, iniciada em 1939, acabou por deixar um vácuo de poder parcial nas colônias dominadas pela França, Grã-Bretanha e Holanda, que acabou sendo ocupado pelo Japão, o qual declarou um protetorado sobre as colônias francesas na Indochina. Os EUA encararam essa ampliação do poder japonês como intolerável e, temendo os rumos que esse imperialismo poderia tomar, passaram a aplicar uma

20 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

forte pressão econômica sobre o Japão impondo um embargo comercial a economia japonesa, a qual era totalmente dependente do comércio internacional.

Nessas condições, Eric Hobsbaw (1995, p. 48) afirma:

É provável que o Japão não pudesse evitar a guerra contra os EUA, a menos que desistisse do objetivo de estabelecer um poderoso império econômico (eufemisticamente chamado de "Grande Esfera de Co-prosperidade Leste-Asiática"), que era a essência mesma de sua política.

Nesse sentido,

O "embargo moral" sobre a exportação de material aeronáutico, em julho de 1938, a revogação do tratado de comércio americano-japonês no ano seguinte, e o que é mais importante, a proibição britânico-holandesa-americana de exportações de petróleo e minério de ferro, depois da ocupação japonesa da Indochina em julho de 1941, deixou claro que a 'segurança econômica' só podia ser conseguida ao preço da guerra contra os Estados Unidos. Estes, porém, tinham quase duas vezes a população do Japão, e dezessete vezes sua renda nacional, produziam cinco vezes mais aço e sete vezes mais carvão, e fabricavam 80 vezes mais veículos motorizados por ano (KENNEDY, 1989. P. 293).

Complementarmente, Hobsbaw (1995, p. 48) nos fala:

Na verdade, foram o embargo ocidental (isso é, americano) ao comércio japonês e o congelamento de bens japoneses que obrigaram o Japão a passar à ação, se não queria que sua economia, inteiramente dependente de importações oceânicas, fosse estrangulada de repente. A jogada que fez era perigosa, e revelou-se suicida. O Japão talvez aproveitasse sua única oportunidade de estabelecer rapidamente seu império sulista, mas como calculava que isso exigia a imobilização da marinha americana, a única força que podia intervir, também significava que os EUA, com suas forças e recursos esmagadoramente superiores, seriam imediatamente arrastados para a guerra. Não havia como o Japão vencer essa guerra.

Assim, estava claro que ir à guerra contra os EUA era, no mínimo, insensato. Porém, não fazê-lo após 1941, as vistas dos líderes japoneses, seria deixar o Japão exposto as chantagens econômicas ocidentais, o que era inaceitável.

As ruínas do Império

Em 16 de julho de 1945 teve início a Conferência de Potsdam, que além, de definir os rumos da Europa uma vez findada a guerra, estabeleceu os termos da rendição do Japão. Enquanto isso, as cidades japonesas continuavam a ser severamente bombardeadas pela força aérea americana.

Os Estados Unidos estavam representados pelo presidente Harry S. Truman, o qual havia sido orientado pelo Departamento de Estado norte-americano que a ocupação do Japão deveria se dar inteiramente sob a jurisdição americana e realizada de maneira unificada, e não em zonas, como ocorreu na Alemanha (NISHI, 2004, posição digital 1206).

Em 26 de julho de 1945, a Declaração de Potsdam foi concluída. Seu texto em inglês foi transmitido ao Japão às 16:00 horas e, após o devido processo de tradução, às 18:00 horas a versão do texto em japonês foi transmitida.

A Declaração de Potsdam trazia em seu cerne os principais objetivos para o Japão após a rendição, entre elas o desarmamento japonês (Artigos 7 e 9), o estabelecimento de um governo que respeitasse a liberdade de religião, pensamento e os direitos humanos (Artigo 10) e a punição daqueles que

**22 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

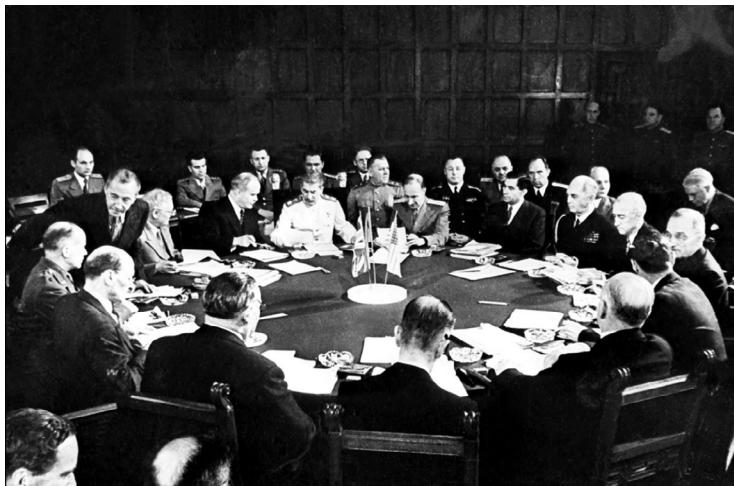


Figura 1.1: Sessão da Conferência de Potsdam (Bundesarchiv, Bild).



Figura 1.2: Da esquerda para a direita: Primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill; Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman; e Primeiro-ministro da União Soviética, Josef Stalin (U.S. National Archives and Records Administration).

"que enganaram e induziram o povo do Japão a empreender na conquista do mundo" (Artigo 6)². A principal oposição dos japoneses à declaração se deu em relação a esse último ponto, uma vez que não deixava claro se o imperador estaria entre aqueles que seriam responsabilizados pela guerra.

Uma vez que a rendição incondicional oferecida pela Declaração de Potsdam não foi aceita, o Japão forneceu ao governo de Trauman o argumento necessário para o uso da bomba atômica. Dessa forma, em 06 de agosto de 1945 a primeira bomba atingiu Hiroshima e, no dia 08 de agosto, a União Soviética, em concordância aos acordos de Yalta, invadiu o território dominado pelo governo fantoche de Manchukuo, violando o tratado Sino-Soviético de neutralidade. Horas depois, a segunda bomba atômica foi lançada pelos EUA na cidade de Nagasaki.

Nessas condições, em dia 11 de agosto 1945, o governo japonês informou as potências aliadas sua aceitação dos termos estabelecidos pela Declaração de Potsdam. No dia 15 de agosto, após uma tentativa fracassada de golpe de Estado, a declaração de rendição do imperador foi transmitida por todo o país.

A ocupação do território japonês pelas forças norte-americanas, período no qual essa pesquisa será focada, teve início em agosto de 1945 e durou até abril de 1952. Durante esse período, o Japão não teve direito a qualquer soberania ou relações diplomáticas. Qualquer grande decisão de cunho político, administrativo ou econômico não podia ser tomada sem a aprovação dos norte-americanos, representados pelo general

² Tradução nossa. Texto original: "those who have deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest".

**24 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

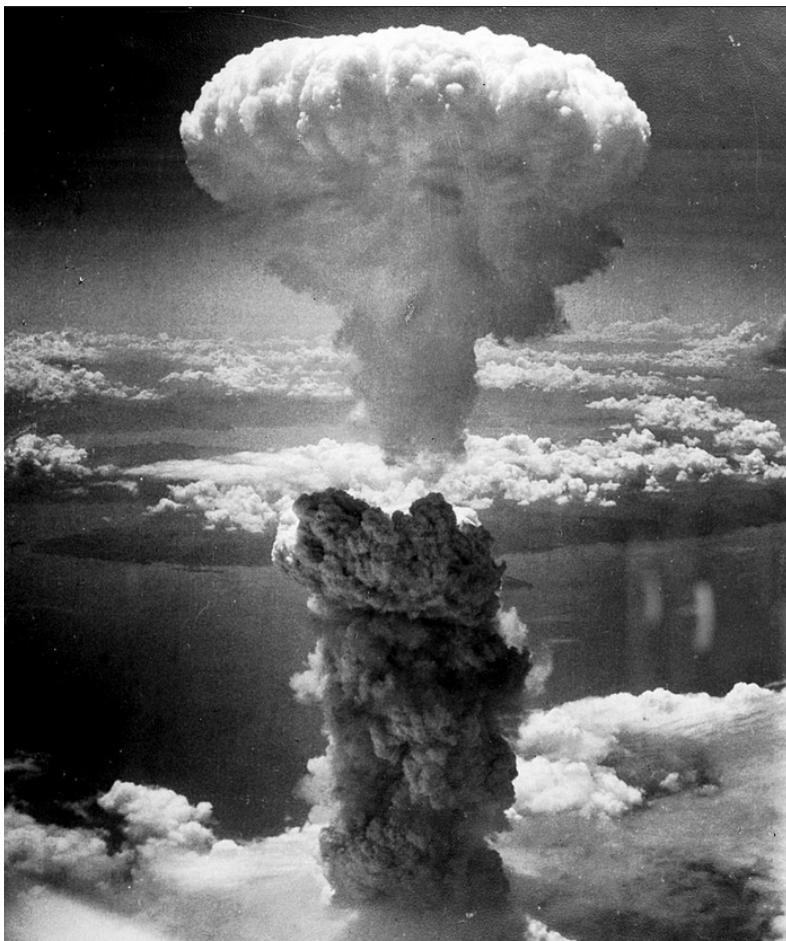


Figura 1.3: Explosão atômica sobre Nagasaki (Charles Levy - U.S. National Archives and Records Administration).

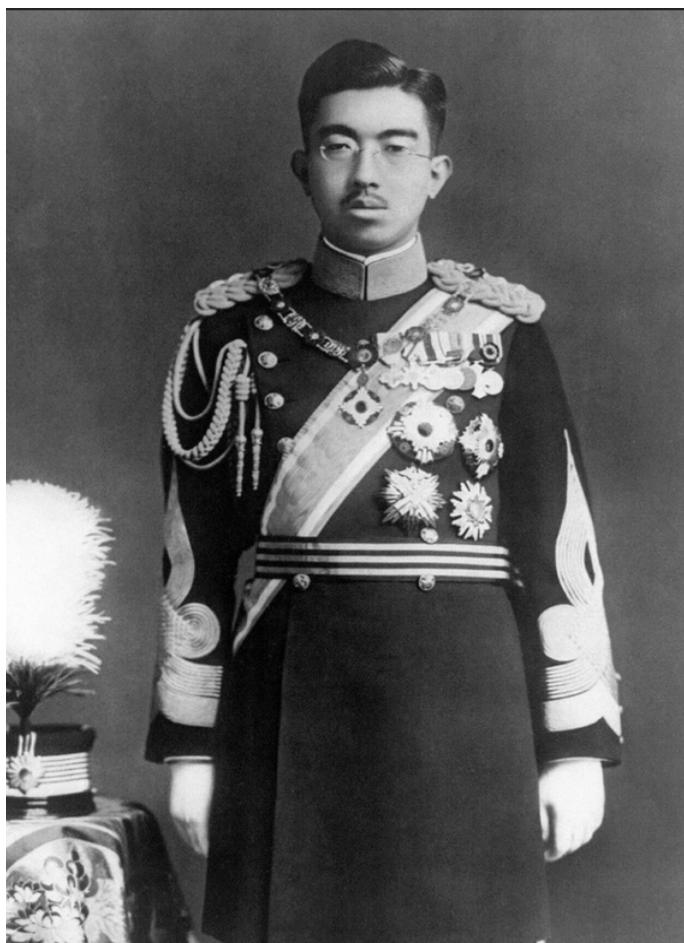


Figura 1.4: Imperador Japonês, Hirohito (Autor desconhecido).

**26 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**



Figura 1.5: Major Kenki Hatanaka, líder do golpe de Estado fracassado que pretendia impedir a rendição japonesa pelo Imperador (The Pacific Research Society, 2002).

Douglas MacArthur na posição de Supreme Commander for the Allied Powers (SCAP)³.

A cerimônia oficial de rendição ocorreu na Baía de Tóquio, no deck do encouraçado Missouri da marinha norte-americana, no dia 2 de setembro de 1945. MacArthur e representantes dos outros países aliados assinaram a rendição. Já o Japão foi representado pelo General Umezy Yoshijiro, em nome das forças armadas, e pelo diplomata Shigemitsu Mamoru, em nome do governo imperial. O Imperador não participou da cerimônia, o mesmo se aplica a qualquer outro membro da casa imperial. Especula-se que essa concessão por parte dos aliados já demonstrava a intenção do governo norte-americano de desassociar a figura do imperador da responsabilidade pela guerra.

De maneira geral, a ocupação norte-americana do Japão pode ser dividida em duas fases. Na fase inicial os norte-americanos adotaram uma política focada na desmilitarização e democratização da sociedade japonesa em seus níveis mais primordiais, de acordo com os objetivos já apresentados na Declaração de Potsdam. Com o início da Guerra Fria em 1947, as atenções das autoridades de ocupação foram voltadas para a contenção militar do comunismo na Ásia, fazendo com que as reformas nas quais essa pesquisa se foca perdessem força. Todavia, embora seja clara essa divisão da ocupação em dois períodos distintos conforme seus objetivos políticos, as reformas em prol da democracia continuaram a ser desenvolvidas até

³ Tradução nossa: "Chefe Supremo das Potencias Aliadas". Embora o cargo se refira especificamente a MacArthur, vale ressaltar que muitas vezes ele é utilizado para se referenciar as autoridades de ocupação de uma maneira mais geral, atestando a favor da forte influência que o General exerceu no processo de ocupação.

28 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

1952, deixando apenas de ser o foco principal após 1947 (NISHI, 2004, posição digital 7029).

Esse processo se deu envolto a uma ampla gama de fatores, criando assim um cenário único na história das relações internacionais e levantando uma série de questões: como a cultura japonesa influenciou nesse processo? Qual a visão que os japoneses tinham dos americanos? De que forma essas reformas foram implementadas? Quais os objetivos norte-americanos em todo esse processo? Qual foi a influência do cenário geopolítico mundial pós Segunda Guerra? E, acima de tudo, até que ponto o posicionamento internacional do Japão no pós-Guerra se explica pela herança da ocupação norte-americana ou pela própria natureza da política japonesa?

O primeiro questionamento que deve ser respondido para dar embasamento aos demais aspectos dessa pesquisa é quais foram os objetivos primários dos EUA na ocupação do Japão. Ao analisar os documentos que serviram de base para a primeira fase da ocupação, trabalharemos com a hipótese de que a desmilitarização e a democratização eram objetivos concretos, ao menos em sua primeira fase.

Isso fica evidente ao se analisar o texto da Declaração de Potsdam, com a “justiça ocidental” sendo impostas aos criminosos de guerra, responsáveis por “iludir o povo japonês e os levá-los a embarcar na tentativa de conquistar o mundo” e que esses sentimentos deveriam ser eliminados “para todo o sempre”. Assim, a democratização subsequente serviria para prevenir o ressurgimento do militarismo e proteger o Japão da influência comunista, mantendo-o alinhado aos interesses norte-americanos e garantindo uma importante base de apoio na Ásia.



Figura 1.6: Ministro das Relações Exteriores japonês, Mamoru Shigemitsu (centro), assinando a Ata de Rendição do Japão em frente ao General norte-americano Richard K. Sutherland (esq.) (Stephen Korpany - Naval Historical Center).

30 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?



Figura 1.7: General norte-americano, Douglas MacArthur, na cerimônia de rendição (U.S. Navy).

Os números oficiais apontam para a morte de 1.74 milhões de pessoas dentre as forças armadas japonesas. Em relação aos civis, estimasse que por volta de 2.7 milhões de japoneses tenham perdido a vida e milhões se encontravam severamente feridos. O sistema de distribuição de alimentos também enfrentava severas dificuldades, além de todos os males causados pela guerra, a safra de arroz era a pior desde 1910, estando 40% abaixo da média dos outros anos (CHALK, DOBBINS e LESSER, 2003, p. 37).

A destruição física era igualmente grande, calcula-se que os bombardeios por parte dos aliados levaram a destruição de quatro quintos dos navios japoneses, um terço de todo o seu complexo industrial, e quase um quarto de todos os seus veículos a motor.

As maiores cidades do país foram todas severamente bombardeadas, destruindo 40% das áreas urbanas e deixando por volta de 30% da população desabrigada. Em Tóquio, Osaka e Nagoya, as três maiores cidades do país, respectivamente 65%, 57% e 89% das residências foram destruídas.

Nas palavras de Dower (2000, posição digital 616),

Aproximadamente 9 milhões de pessoas estavam desabrigadas quando o imperador lhes disse que haviam lutado e se sacrificado em vão. [...] As ruas de todas as grandes cidades rapidamente se encheram de ex-soldados desmoralizados, viúvas da guerra, órfãos, desabrigados e desempregados – a maioria deles preocupados simplesmente em não morrer de fome.

Para manter a ordem os EUA acabaram por impor um novo tipo de autoritarismo ao Japão, centrado não mais na figura do imperador, mas em MacArthur. Um autoritarismo que, curiosamente, vinha carregado de discursos ideológicos

32 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

voltados para ideais democráticos. Assim, ao contrário do que se pensa, o Japão não deixou de ser uma nação governada por militares e se transformou imediatamente em uma democracia em 1945, mas sim permaneceu efetivamente sendo governado por militares até 1952.

Estabelecido isso, os próximos questionamentos que precisam ser esclarecidos antes de se dar continuidade ao trabalho são acerca de quais métodos foram utilizados para promover a desmilitarização e a democratização do país e como essas reformas foram implementadas.

O primeiro ponto a ser analisado é o caráter pouco ortodoxo e até mesmo um tanto contraditório dessas reformas. Como apontado por Dower (2000, posição digital 1161), grandes revoluções na política e na sociedade quase sempre partem de setores da população opositores ao poder político central, sendo, portanto, realizadas de “baixo para cima”, porém, o que houve no Japão não poderia estar mais longe disso: tratou-se de uma reforma para promover a democratização, sendo essa planejada e executadas conforme os interesses e objetivo de um governo militar e estrangeiro.

As grandes mudanças políticas no Japão ocupado voltadas para promover a democratização do país foram, de um modo um tanto irônico, ordenadas de maneira totalmente autoritária por MacArthur. Essas mudanças inicialmente incluíram: (1) a dissolução de leis que proibiam a livre expressão política; (2) a libertação de presos políticos; (3) o estabelecimento de leis que protegessem as liberdades civis; (4) a garantia do direito legal de sindicatos se organizarem para lutarem pelos direitos dos trabalhadores; e (5) promoção a abolição formal da adoração ao imperador. Já a longo prazo, o projeto norte-americano para o Japão estava focado em uma

reformulação do sistema de ensino, objetivando assim moldar nas mentes das futuras gerações uma postura antimilitar e que renegasse o nacionalismo exacerbado.

Ao menos nas fases iniciais da ocupação essas medidas foram aplicadas sem nenhuma restrição, garantindo, inclusive, a liberdade de atuação a grupos comunistas japoneses, os quais apoiaram o regime durante esse período.

Naturalmente, tais medidas não deixaram satisfeitos apenas os grupos ligados a movimentos comunistas. Ao se questionarem acerca da resposta inicial da sociedade japonesa a essas mudanças, os teóricos concordam que boa parte da população recebeu de maneira positiva essas reformas políticas. Após anos de conflito, o Japão estava fisicamente arrasado e havia perdido a fé em seu regime. Ao contrário do que os americanos previram, o que encontraram ao chegar ao Japão não era uma sociedade fanática e militarista, mas sim uma população totalmente desgastada pelos anos da guerra e que já começava a olhar para o militarismo como o motivo que levou a ruína de sua nação.

Porém, as vistas dos norte-americanos, o Japão ainda se tratava de uma nação exótica da qual eles não dispunham de nenhum conhecimento prático real, lhes faltando até mesmo o conhecimento linguístico apropriado para dar segmento aos seus planos para o Japão. Assim, o General MacArthur decidiu manter a burocracia pré-existente praticamente intacta, governando através dela. Da mesma forma, foi decidido que para manter a integridade da nação e evitar maiores instabilidades internas, o imperador Hirohito não deveria abdicar do seu cargo. Como Chalk e Dobbins (2003, p. 38) colocam, "os especialistas norte-americanos sobre o Japão argumentaram que manter o imperador, ao menos durante

34 A ocupação norte-americana do Japão: — promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

os estágios iniciais, seria um método pouco custoso e pouco arriscado de governar"⁴. Ainda havia, entretanto, a questão da opinião pública estadunidense, que via o Imperador Hirohito como um dos maiores responsáveis pela guerra. Para alterar essa situação o governo norte-americano iniciou um processo para mudar a imagem do mesmo, o colocando como um pacifista que havia sido arrastado pelos militares para uma guerra que não desejava.

Dower (2000, posição digital 326) defende que as implicações dessas decisões estão no cerne de toda a sociedade japonesa nas décadas que se seguiram: a falta de uma visão de responsabilidade por parte dos japoneses pelos atos de guerra cometidos por sua nação, a natureza de sua democracia e os sentimentos da população acerca do pacifismo.

Entretanto, ainda assim cabe o questionamento acerca de qual forma os conquistadores norte-americanos, representados pelo SCAP, e a burocracia japonesa influenciaram na criação do Japão pós Segunda Guerra. Mark Caprio e Yoneyuki Sugita (2007, p. 7), em seu livro "Democracy in Occupied Japan: The U.S. Occupation and Japanese Politics and Society", defendem que todas as mudanças implementadas no Japão só obtiveram êxito graças a existência de instituições governamentais pré-existentes, portanto, cabe o questionamento de como se deu esse diálogo.

A ocupação do Japão pelas tropas norte-americanas não teve assim apenas o objetivo da submissão total de um inimigo derrotado, mas sim teve como foco principal uma reestruturação social e política nos mais diversos níveis, visando transformar

⁴ Tradução nossa, texto original: "U.S. experts on Japan argued that retaining the emperor, at least during the initial stages, would be a low-cost, low-risk method of governing".

o Japão em um importante aliado e impactando na balança de poder na Ásia e no mundo como um todo. Destarte, duas nações que estavam em uma sangrenta guerra, em questão de poucos anos se tornaram aliados vitais, criando um marco único na história das Relações Internacionais.

36 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

CAPÍTULO 2

As principais reformas

Uma vez iniciada a ocupação o governo norte-americano se viu com a problemática de como fazê-la funcionar para que assim pudesse cumprir seus objetivos. O primeiro desafio encontrado se deu por vias diplomáticas, uma vez que o objetivo dos EUA era promover uma ocupação totalmente controlada por uma equipe norte-americana (diferente da Alemanha que foi dividida em zonas de ocupação). Em segundo lugar, era necessário criar uma estrutura que torna-se o Japão governável. Para tanto, o General Douglas MacArthur encabeçou a equipe responsável pela ocupação, referenciada apenas como "General Headquarters" (GHQ).

Assim sendo, esse capítulo se debruçará sobre o desenvolvimento das estruturas básicas da ocupação, tanto no nível internacional quanto no nível doméstico, e as principais mudanças administrativas e sociais que se sucederam, focando-se principalmente nas subsequentes dinâmicas entre as reformas promovidas pelos norte-americanos e as principais estruturas políticas, econômicas e simbólicas pré-existentes no Japão. Serão trabalhadas ao longo desse capítulo as questões acerca da constituição, da casa imperial, do expurgo governamental, da separação entre o Estado e a religião e da reforma econômica. As questões acerca da reforma no sistema educacional não serão trabalhadas aqui, uma vez que o próximo capítulo será dedicado inteiramente a elas.

38 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

A estrutura da ocupação

A primeira questão a ser resolvida ao final da Segunda Guerra Mundial era como se daria o processo de ocupação dos países derrotados por parte dos aliados. Enquanto a Alemanha foi dividida em quatro zonas de influência, os EUA se posicionaram fortemente a favor de uma postura mais integrada no caso japonês, coordenada por uma forte liderança capaz de levar a frente o processo de democratização e desmilitarização que se objetivava.

No final de 1945, os países aliados chegaram ao acordo que criou a *Far Eastern Commission* (FEC)¹, um comitê voltado para a criação de políticas para o Leste Asiático. Para dar cargo da ocupação do Japão, foi criado o *Allied Council for Japan* (ACJ)², tendo como membros os EUA, o Reino-Unido, a URSS e a China. Todavia, essas duas instituições acabaram por se provar apenas um gesto por parte dos EUA para dar a impressão de que a ocupação era dos Aliados, e não quase exclusiva dos norte-americanos (NISHI, 2004, posição digital 1454).

Na prática, os americanos não desejavam dividir o controle das operações com nenhuma outra nação, especialmente com a URSS. Seu principal argumento era que a guerra no pacífico havia sido vencida praticamente apenas por tropas norte-americanas, mas, além disso, a realidade é que os EUA eram o único dos países aliados que possuía condições militares e econômicas de manter uma missão de ocupação no

1 Tradução nossa: Comissão do Extremo Oriente.

2 Tradução nossa: Conselho Aliado para o Japão.

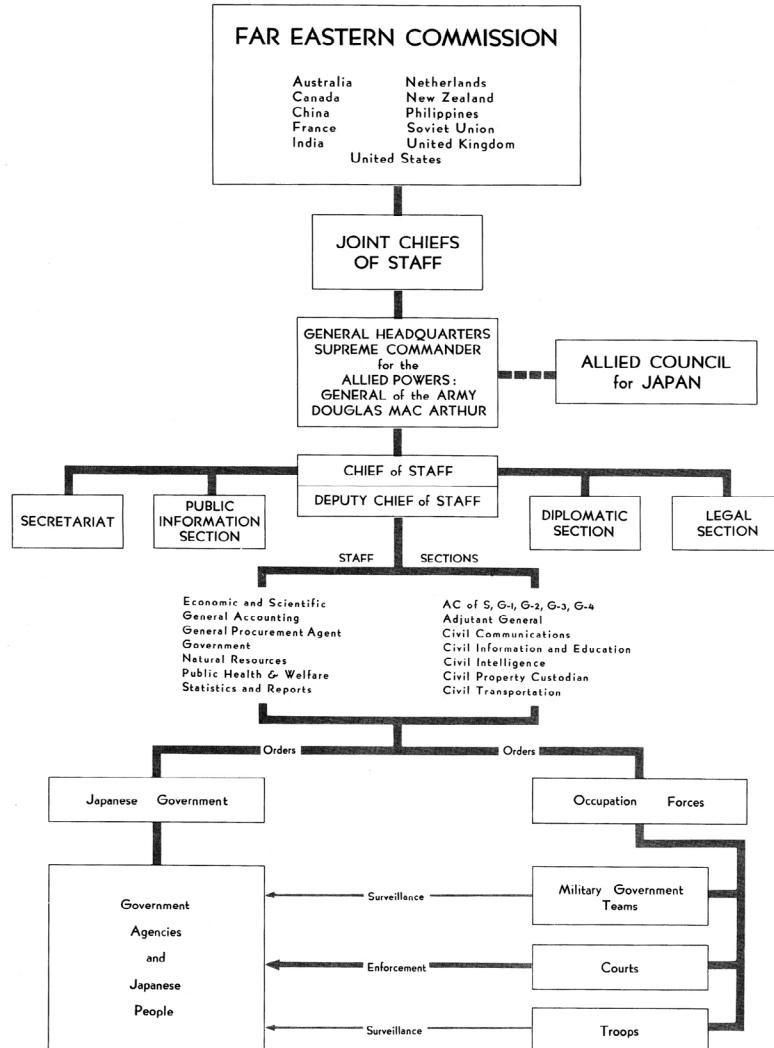


Figura 2.1: Organograma das forças de ocupação (Reports of General MacArthur, 1994, p. 72).

40 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Japão além das missões correntes na Europa. Dessa forma, com a concordância da FEC, os EUA coordenaram todo o processo de ocupação no Japão, com o poder sendo centralizado nas mãos do General Douglas MacArthur, com este assumindo o cargo de *Supreme Commander of the Allied Powers* (SCAP)³. A extensão dos poderes entregues a MacArthur e o que se esperava dele estão contidos em na seguinte mensagem do então presidente norte-americano Harry Truman, entregue a MacArthur em 6 de setembro de 1945:

(1) A autoridade do Imperador e do Governo japonês para governar o Estado está subordinada a você como Comandante Supremo das Forças Aliadas. Como a sua autoridade é suprema, você não aceitará qualquer pergunta por parte dos japoneses quanto à sua abrangência. (2) O controle do Japão deverá ser exercido através do Governo japonês na medida em que tal arranjo produzir resultados satisfatórios. Isso não prejudica o seu direito de agir diretamente, se necessário. Você pode fazer cumprir as ordens emitidas por você pelo emprego das medidas que você julgar necessárias, incluindo o uso da força (apud SHIBATA, 2005, p. 59).

Dentro desse contexto, o SCAP detinha todo o controle judicial, legislativo e administrativo, com os outros países do ACJ reportando a MacArthur e ao resto dos oficiais de ocupação norte-americanos, os quais se reportavam diretamente a Washington.

Por sua vez, a equipe de MacArthur dividia-se em diversos setores responsáveis por assessorar o SCAP. Dentre todos os autores consultados, Mire Koikari (2008, p.7), em seu livro “*Pedagogy of Democracy - Feminism and the Cold War in the U.S. Occupation of Japan*”, é quem nos fornece o resumo mais claro e conciso das estruturas básicas do GHQ:

3 Tradução nossa: Supremo Comandante das Forças Aliadas.

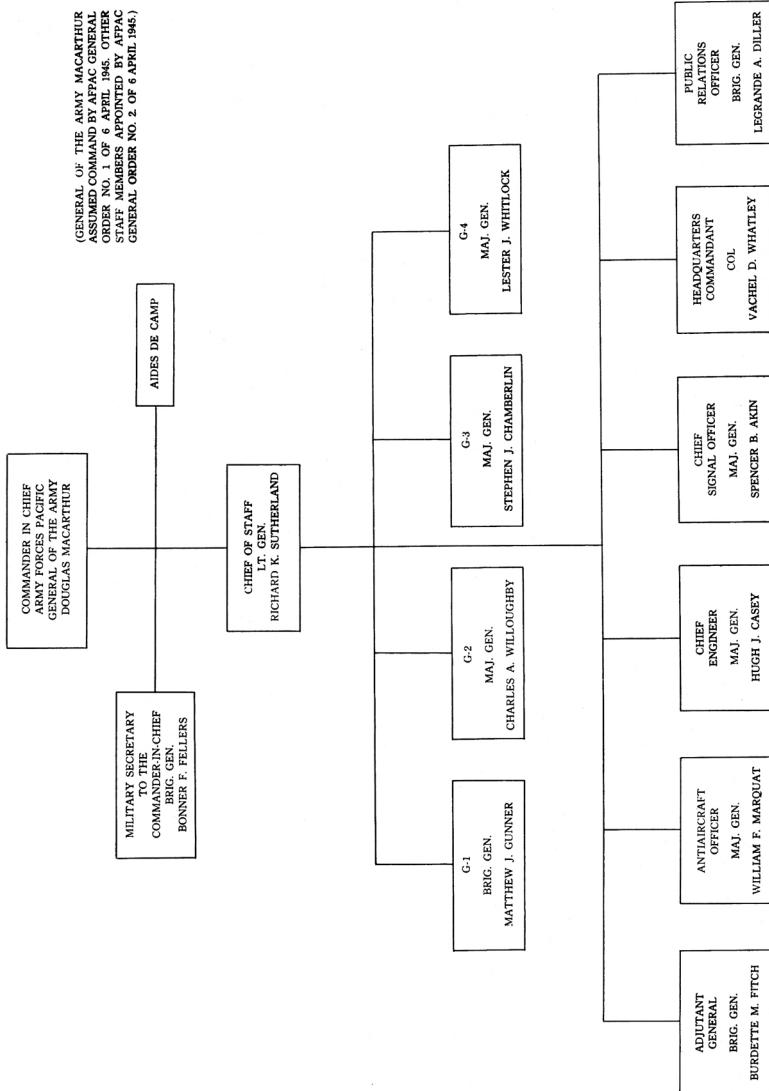


Figura 2.2. Estrutura organizacional do SCAP (Reports of General MacArthur, 1994, p. 68).

42 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Sob o comando do general Douglas MacArthur, que como SCAP confirmou desmilitarização e democratização como a agenda dupla no Japão pós-guerra, ocupantes americanos montaram o quartel-general em Tóquio e passaram a administrar indiretamente o Japão continental por meio da execução de reformas através do governo japonês existente. Enquanto o General Mac Arthur ficou como chefe do SCAP, a maior parte dos esforços de reforma foram realizados por militares americanos e burocratas civis em seções da sede de Tóquio, incluindo a Seção de Governo, a Seção Saúde Pública e Bem-Estar, a Seção de Informações Civis e de Educação e a Seção de Economia e Ciências, entre outros.⁴

Como será demonstrado, durante a ocupação cada um desses setores exerceu papéis fundamentais, aconselhando MacArthur em assuntos chaves e frequentemente atuando junto ao governo japonês.

Diretrizes da ocupação

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a grande ameaça para o mundo ocidental passou a ser o comunismo. Tendo isso em mente, os processos de ocupação por parte dos países aliados alinhados aos EUA se focou não apenas na desmilitarização de seus antigos inimigos, mas na promoção da democracia e na

4 Tradução nossa. Texto original: “Under the command of General Douglas MacArthur, who as SCAP upheld demilitarization and democratization as the twin agenda in postwar Japan, American occupiers set up general headquarters in Tokyo and proceeded to administer indirect rule of mainland Japan by executing reform through the existing Japanese government. While General Mac Arthur stood as the head of SCAP, the bulk of reform efforts was carried out by American military and civilian bureaucrats in staff sections of Tokyo headquarters, including Government Section, Public Health and Welfare Section, Civil Information and Education Section, and Economic and Scientific Section, among others.”



Figura 2.3: Prédio da Dai-Ichi Seimei, que serviu como quartel general para o SCAP (foto tirada por volta de 1950) (Autor desconhecido, publicado na obra "Occupied Tokyo", da editora Gekkan-Okinawa Sha).

44 A ocupação norte-americana do Japão: — promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

busca por reeducar as populações, procurando integrá-las aos modelos econômicos e políticos ocidentais. Como coloca John Ikenberry (2001, p. 170) ao analisar o panorama político após o fim da segunda guerra:

A Segunda Guerra Mundial produziu dois ajustamentos no pós-guerra. Um deles foi uma reação à deterioração das relações com a União Soviética, e culminou na "Ordem de contenção." Foi um acordo com base na balança de poder, dissusão nuclear, e competição política e ideológica. O outro ajustamento foi uma reação à rivalidade econômica e instabilidade política da década de 1930 e da guerra mundial resultante, que culminou em uma ampla gama de novas instituições e relações entre as democracias industriais ocidentais e Japão. Este ajustamento foi construído em torno de abertura econômica, reciprocidade política, e gestão multilateral de uma ordem política liberal liderada pelos Estados Unidos.

Todavia, o Japão tratava-se de uma nação que a décadas vinha sendo direcionada ao nacionalismo, a crença em sua superioridade racial, ao culto ao líder e a postura militarista. Para que a ocupação norte-americana conseguisse obter êxito em seus objetivos, se mostrava necessária a implementação de uma série de reformas sociais e políticas.

Assim, para cumprir a missão que lhe foi conferida, MacArthur estabeleceu os parâmetros que guiariam toda as ações subsequentes do SCAP, os quais ficam evidentes em um trecho de um pronunciamento feito pelo mesmo em outubro de 1945:

Primeiro destruir o poder militar. Punir os criminosos de guerra. Construir uma estrutura de governo representativa. Modernizar a Constituição. Realizar eleições livres. Emancipar as mulheres. Libertar os presos políticos. Libertar os agricultores. Estabelecer um movimento sindical livre. Incentivar uma economia livre. Abolir a opressão política. Desenvolver uma imprensa livre e responsável. Liberalizar educação. Desen-

tralizar o poder político. Separar a Igreja do Estado (*apud* NISHI, 2004, posição digital 1528).⁵

Entretanto, vários autores concordam que essas reformas não teriam tido êxito algum se a base da sociedade não fosse reformulada, ou seja, o sistema de ensino que direcionava desde cedo os japoneses aos princípios de obediência e nacionalismo. Como tal, o próximo capítulo será dedicado exclusivamente a analisar a ampla reforma no sistema educacional japonês e seus efeitos.

Porém, antes de dar segmento sobre como essas reformas foram executadas, é necessário um estudo mais aprofundado de como foi estruturada a relação entre o SCAP e a sociedade japonesa, assim como em relação à elite pré-existente.

Antes mesmo da ocupação ser iniciada, o governo norte-americano considerava que as reações da população frente as reformas a serem executadas seriam o fator determinante para o sucesso ou fracasso de todas as operações. Curiosamente, ao mesmo tempo que se mostravam preocupados frente a obediência demonstrada pelos japoneses para com seus líderes, os norte-americanos consideravam essa postura nacional potencialmente útil se usada da maneira correta.

Vale aqui apresentar um trecho do memorando do governo norte-americano “US Initial Post-Surrender Policy for Japan” (1945), o qual estabeleceu as diretrizes básicas da ocupação:

5 Tradução nossa, texto original: “First destroy the military power. Punish war criminals. Build the structure of representative government. Modernize the constitution. Hold free elections. Enfranchise the women. Release political prisoners. Liberate the farmers. Establish a free labor movement. Encourage a free economy. Abolish police oppression. Develop a free and responsible press. Liberalize education. Decentralize the political power. Separate church from state”

46 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Tendo em vista o caráter atual da sociedade japonesa e do desejo dos Estados Unidos para atingir os seus objetivos com um compromisso mínimo das suas forças e recursos, o Comandante Supremo vai exercer a sua autoridade através de máquinas governamentais japonesas e suas agências, incluindo o Imperador, a medida em que esta promove de forma satisfatória os objetivos dos Estados Unidos (EUA, 1945).⁶

Assim, tendo em vista utilizar-se da submissão tradicional que os japoneses tinham para com seus líderes, os norte-americanos optaram por manter a estrutura governamental existente quase intacta, com o SCAP governando através dela de uma maneira mais segura e que apresentava baixos custos.

A nova constituição

A necessidade da criação de uma nova constituição para o Japão nasceu a partir de uma série de demandas estabelecidas pela Declaração de Potsdam, as quais, visando a democratização e a desmilitarização da sociedade japonesa, estabeleceram como objetivos uma série de reformas que iam diretamente contra o modelo de Estado criado pela constituição Meiji.

As principais problemáticas se encontravam no item 6 e no item 10 da declaração. No item 6, lê-se:

6 Tradução nossa, texto original: "In view of the present character of Japanese society and the desire of the United States to attain its objectives with a minimum commitment of its forces and resources, the Supreme Commander will exercise his authority through Japanese governmental machinery and agencies, including the Emperor, to the extent that this satisfactorily furthers United States objectives."

Deve ser eliminada para sempre a autoridade e influência daqueles que enganaram e induziram o povo do Japão a empreender na conquista do mundo, por que insistimos que uma nova ordem de paz, segurança e justiça, será impossível até que o militarismo irresponsável seja expulso do mundo.⁷

Como aponta Nishi (2004, posição digital 6110), esse ponto deve ser considerado, no mínimo, ambíguo. Em primeira instancia ele fornecia as bases para julgar os crimes de guerra de indivíduos ligados aos militares e a instituições ultranacionalistas, deixando vago se isso deveria ou não ser também aplicado ao Imperador (o qual supostamente estaria protegido pela constituição Meiji). Da mesma forma, esse ponto também pode ser interpretado como uma exigência para o estabelecimento de garantias constitucionais que impedissem o abuso do poder.

Por sua vez, no item 10 se coloca: “Deve ser estabelecida a liberdade de expressão, de religião e de pensamento, bem como o respeito pelos direitos humanos fundamentais”⁸. Nesse ponto, as problemáticas derivavam do fato que, sendo o Japão da era Meiji um Estado fundamentado em preceitos religiosos que cultuavam o imperador como uma divindade – estando esse elemento presente inclusive na constituição –, a liberdade religiosa exigida pela Declaração de Potsdam não seria coesa com o ordenamento até então vigente.

7 Tradução nossa, texto original: “There must be eliminated for all time the authority and influence of those who have deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest, for we insist that a new order of peace, security and justice will be impossible until irresponsible militarism is driven from the world”.

8 Tradução nossa, texto original: “Freedom of speech, of religion, and of thought, as well as respect for the fundamental human rights shall be established”.

48 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Assim, MacArthur e sua equipe chegaram à conclusão de que a missão que havia lhes sido entregue não poderia ser devidamente cumprida sem que ocorressem severas mudanças na estrutura da constituição japonesa. Entretanto, a primeira posição adotada pelo SCAP era de que essa nova constituição deveria vir dos próprios japoneses, ou seja, os norte-americanos ordenavam que o Japão adotasse uma constituição democrática por sua “livre” vontade.

Várias propostas de revisão constitucional foram apresentadas entre a primavera de 1945 e o início de 1946, sendo quatro delas criadas por partidos políticos (os comunistas, os liberais, os progressistas e os socialistas), assim como várias propostas oriundas de grupos privados e de indivíduos. Por outro lado, o governo responsável por apresentar novas propostas e avaliar as já existentes se movia com lentidão intencional, ao mesmo tempo que fazia uma leitura dúbia da Declaração de Potsdam.

Como consequência, entre os dias 01 e 03 de fevereiro de 1946, em uma rápida série de decisões, MacArthur e sua equipe parecem ter concluído que o governo japonês se mostrava incapaz de apresentar uma proposta constitucional que atendesse os requisitos da Declaração de Potsdam. Assim, em primeiro de fevereiro foi emitido um memorando por parte da equipe do general, o qual analisava os documentos da rendição e concluíam que a autoridade do SCAP era praticamente irrestrita e, portanto, poderia mudar a constituição (DOWER, 2000, posição digital 6380).

Dessa forma, MacArthur entregou a sua equipe a missão de criar uma nova constituição para o Japão, a qual deveria se guiar por três princípios básicos: a manutenção da casa

imperial, a renúncia do uso da guerra como recurso e a abolição definitiva do sistema feudal.

Todavia, essa mudança da postura do SCAP foi um tanto inesperada. Por que após meses permitindo que o governo japonês lidasse com a situação – ou evitasse fazê-lo – MacArthur tomou a frente nessa questão de maneira tão abrupta? A tese apresentada por Dower (2000, posição digital 6439) para responder a isso gira em torno dos objetivos do SCAP de resguardar a casa imperial. Embora apenas duas entre as propostas de novas constituições até então apresentadas propusessem a total dissolução do sistema imperial, as demais potências aliadas ainda apresentavam-se como uma ameaça com a iminente criação da FEC.

A FEC estava programada para começar suas operações no final de fevereiro de 1946, tendo representantes dos países que a iriam compor tido uma reunião com MacArthur no final de janeiro do mesmo ano para questioná-lo acerca da nova constituição. Uma vez formada, a FEC teria poderes para propor e vetar propostas constituintes. Assim, o SCAP teve o desafio de criar e colocar em curso de votação uma proposta de constituição que preservassem o trono e estivesse devidamente de acordo com a Declaração de Potsdam antes que a FEC se articulasse devidamente.

Dessa forma, no dia 06 de março de 1946, o texto da nova constituição foi levado ao público por meio do Primeiro Ministro, o qual supostamente falava em nome do Imperador, sendo seguido de uma declaração do MacArthur dizendo que essa iniciativa por parte do Imperador e do governo tinham sua total aprovação. Da mesma maneira, membros do governo japonês não tinham permissão para tecer comentários acerca da origem dessa proposta constitucional e qualquer

50 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

especulação por parte da mídia foi censurada. Sob esses ares supostamente democráticos, a proposta seguiu para as duas casas do congresso.

As discussões plenárias tomaram um total de 114 dias, sendo que o ponto mais debatido estava no que viria a se tornar o artigo 9º da constituição, no qual “o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais” (JAPÃO, 1946).

Na prática, os membros do congresso tinham a liberdade para criar qualquer mudança que desejassem na proposta constitucional, contanto que não violassem os princípios básicos estabelecidos pelo SCAP. Da mesma forma, eles eram livres para votar contra ela, mas poucos o fizeram: na Câmara dos Representantes houveram 421 votos a favor contra 8 contrários, enquanto na Câmara dos Conselheiros apenas 2 dos 300 votos se posicionaram contra.

Embora a presença e a influência do SCAP possa ser notada ao longo de todo o processo que estabeleceu a nova constituição, é curioso notar como esse documento praticamente imposto e carregado de uma mistura de conceitos monárquicos e ideologicamente democráticos foi internalizado e defendido pela sociedade japonesa nos anos que se seguiram, estando em vigor desde sua promulgação em 3 de novembro de 1946 até os dias atuais.

SECRET14. Outstanding Liberal Provisions.

- a. The sovereignty of the people is acknowledged.
- b. Discriminations by birth, status, sex, race and nationality are prohibited. The peerage is abolished.
- c. Workers benefits required include one 8 hour day, holidays with pay, free hospitalization and old age pensions.
- d. A referendum permitting the people to express their will directly on legislation is provided.
- e. Control of all finances including expenditures of the Imperial family is placed in the Diet. Carry over budgets are prohibited. Audits are required and the President of the Audit Bureau is to be elected.
- f. The right to possess property is limited by the requirement that it be useful to the public welfare.
- g. Land must be used for the best public interest.
- h. A new Constitution must be enacted in 10 years.

15. Summary.

The provisions included in the proposed constitution are democratic and acceptable. Certain essential provisions are omitted. It is recommended that the following principles be required in any constitution before approval:

- a. A clear statement that the Constitution is the Supreme Law of the Land.
- b. Additions to the Rights of the People to accomplish the following:
 - (1) Granting rights similar to those accomplished by a writ of habeas corpus.
 - (2) Guaranteeing speedy and public trials in criminal cases.
 - (3) Prohibiting placing an accused twice in jeopardy for the same offence.
 - (4) Guaranteeing protection against self-incrimination.
 - (5) Guaranteeing the right of an accused to be faced by all witnesses against him.

SECRET

Figura 2.4: Página do memorando Rowell, com comentários do Tenente Coronel das forças de ocupação, Milo Rowell, destinado à Secretaria de Estado Norte-Americana (Janeiro de 1946) (National Diet Library of Japan).

**52 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**



Figura 2.5: Imperador Hirohito assina a nova Constituição Japonesa, 03 de novembro de 1946 (Autor desconhecido).

A questão do Imperador

Uma das primeiras questões a serem enfrentadas pelos norte-americanos foi o destino a ser dado ao Imperador Hirohito. MacArthur acreditava que para manter o Japão estável era essencial a manutenção da casa imperial, uma vez que ela proporcionava a coesão social em meio a instabilidade que se seguiu ao fim da Segunda Guerra. Para MacArthur, levar o imperador a julgamento por crimes de guerra “provocaria tamanho impacto que a maioria das pessoas que entendem sobre o Japão acreditam que seria impossível encontrar homens adequados para manter governo” (NISHI, 2004, posição digital 1800. Tradução nossa)⁹. Segundo ele, seriam necessárias muitas tropas e uma equipe técnica integrada ao conselho por tempo indeterminado para assim garantir a estabilidade do país, uma vez que a população tenderia a identificar os norte-americanos como os culpados. Além disso, uma vez que os japoneses haviam aceitado os termos da Declaração de Potsdam acreditando que o Imperador não seria levado a um tribunal de guerra, levá-lo a julgamento poderia ser interpretado como um ato de má fé por parte dos oficiais da ocupação (MOORE e ROBINSON, 2002, p. 37).

Assim, embora diversas vozes entre os aliados defendessem que o imperador Hirohito deveria abdicar e ser preso ou executado, MacArthur se manteve firme em suas posições, como Toshio Nishi (2004, posição digital: 1800) demonstra ao analisar um telegrama enviado pelo SCAP para o departamento de guerra norte-americano:

⁹ Texto original: “would cause such a wrench that most people who know Japan believe that it would be impossible to find suitable men to maintain government”.

54 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

'Acusa-lo [o Imperador] irá, sem dúvida, causar uma tremenda convulsão entre o povo japonês, as repercussões disso são impossíveis de serem superestimadas [...]. O destruam e a nação vai se desintegrar'. Se as Potências Aliadas levarem o Imperador a julgamento, 'os ódios e ressentimentos' do povo japonês, ele disse, 'irão, sem dúvida, durar por todo o tempo mensurável. Um ciclo de vingança será iniciado e durará por séculos, se é que um dia irá acabar'. Ele [MacArthur] continuou a sua previsão sombria: 'Todas as agências do governo vão ruir, as práticas civilizadas grande parte cessar, e resultará em uma condição de caos e desordem no subsolo das regiões montanhosas e remotas em um combate de guerrilha [...]. Eu acredito que toda a esperança de introduzir métodos democráticos modernos desapareceria e que, quando o controle militar finalmente cessar, provavelmente alguma forma de regime ao longo da linha comunista iria surgir das massas mutilados'. Para lidar com estes potenciais desastres, disse ao Departamento de Guerra 'um mínimo de um milhão de tropas seria necessário que teria de ser mantida a um número indeterminado de anos. Além disso, um serviço público completo teria que ser recrutado e importado'.¹⁰

Através das previsões de desastres iminentes fornecidas por MacArthur, Washington parece ter se convencido de que a manutenção do status do Imperador era a situação politicamente mais deseável. Como consequência, após uma

10 Tradução nossa, texto original: "[the Emperor's] indictment will unquestionably cause a tremendous convulsion among the Japanese people, the repercussions of which cannot be overestimated [...]. Destroy him and the nation will disintegrate." If the Allied Powers tried the Emperor, "the hatreds and resentments" of the Japanese people, he said, "will unquestionably last for all measurable time. A vendetta for revenge will thereby be initiated whose cycle may well not be complete for centuries if ever." He continued his gloomy prediction: "All government agency will break down, the civilized practices will largely cease, and a condition of underground chaos and disorder amounting to guerrilla warfare in the mountainous and outlying regions result [...]. I believe all hope of introducing modern democratic methods would disappear and that when military control finally ceased some form of intense regimentation probably along communistic line would arise from the mutilated masses." To cope with these potential disasters, he told the War Department, "a minimum of a million troops would be required which would have to be maintained for an indefinite number of years. In addition, a complete civil service might have to be recruited and imported, possibly running into a size of several hundred thousand."

série de negociações os EUA conseguiram fazer com que a FEC em 3 de abril de 1946 aprovasse a absolvição do imperador dos crimes de guerra dos quais era acusado por seis votos a favor (Austrália, França, Índia, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA); um contra (Filipinas); e quatro abstinências (Canada, China, Países Baixos e URSS) (SHIBATA, 2005, p. 65).

Entretanto, mesmo com a manutenção da casa imperial, o status da mesma foi essencialmente alterado em relação a constituição Meiji, na qual o primeiro artigo dizia “O Império do Japão será reinado e governado por uma linha de imperadores ininterrupta por toda a eternidade” (JAPÃO, 1890. Tradução nossa)¹¹, para a nova constituição criada pelo SCAP, a qual estabelecia que “O Imperador deverá ser o símbolo do Estado e a unidade do seu povo, derivando a sua posição a partir da vontade do povo no qual reside a soberania do poder” (JAPÃO, 1946).

Ou seja, sob a nova constituição o Imperador se tornou politicamente impotente, perdendo totalmente os poderes de chefe de governo e sendo considerado apenas um símbolo da nacional em sua posição de chefe de Estado. Conforme aponta o professor Masako Shibata, os esforços dos EUA para garantir a manutenção da casa imperial parecem não apenas ter acalmado os japoneses durante a ocupação, como também lançou as bases para a aliança cordial que se seguiu entre os dois países durante as décadas seguintes (SHIBATA, 2005, p. 66).

¹¹ Texto consultado em inglês: “The Empire of Japan shall be reigned over and governed by a line of Emperors unbroken for ages eternal”.

**56 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**



Figura 2.6: General Douglas MacArthur (esq.) ao lado do Imperador Hirohito (dir.), 27 de setembro de 1945 (Tenente Coronel Gaetano Faillace, United States Army photograph).

O expurgo do governo

Como já comentado, um dos pilares da Declaração de Potsdam era a ideia de limpar o governo de toda a influência daqueles que “enganaram e induziram o povo do Japão a empreender na conquista do mundo”¹², sem entretanto especificar os parâmetros que deveriam ser utilizados para determinar a que grupo essa frase se refere.

A aproximação utilizada pelos EUA no caso japonês foi muito diferente daquela usada pelos países aliados no caso alemão. Enquanto na Alemanha Nazista vários indivíduos foram levados a tribunais de guerra e uma grande parcela da população foi investigada (21,7% da população na área administrada pelos EUA), no Japão o SCAP se limitou a conduzir investigações acerca de 3,2% dos indivíduos. Como aponta Masako Shibata:

Ao todo, cerca de 210 mil japoneses foram removidos de suas posições: 167.035 militares (79,6%); 34.892 dos parlamentares (16,6%); 3.438 ultranacionalistas (1,6%); 1.898 industriais (0,9%) e 1.216 jornalistas (0,5%). O número de administradores civis expurgados era 1809, apenas 0,8% de todos os casos (SHIBATA, 2005, página 69)¹³.

Esses dados apontam para a forma como o SCAP tentou conduzir o expurgo japonês: desmobilizar o exército e limpar

¹² Tradução nossa, texto original: “deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest”.

¹³ Tradução nossa, texto original: “Altogether, about 210,000 Japanese were removed from their positions: 167,035 military officers (79.6%); 34,892 parliament members (16.6%); 3,438 ultra-nationalists (1.6%); 1,898 industrialists (0.9%); and 1,216 journalists (0.5%). The number of purged civil administrators was 1,809, only 0.8% out of all the cases.”

58 A ocupação norte-americana do Japão: — promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

o governo dos políticos mais prejudiciais aos interesses norte-americanos ao mesmo tempo que tentava manter a estabilidade da economia e da parte técnico-administrativa do governo, excluindo apenas os indivíduos potencialmente mais perigosos. Nesse contexto, os principais alvos foram membros de ministérios diretamente envolvidos com a propaganda de guerra e com a propagação do Estado xintoísta. Franziska Seraphim (2008. P. 208) aponta tais limitações como parte da estratégia norte-americana para criar a ideia de que os militares eram os únicos responsáveis de fato pela Guerra do Pacífico.

Todavia, o expurgo não se resumiu apenas a remoção de indivíduos de cargos de influência e autoridade, mas também ao impedimento de que os mesmos voltassem a ocupar essas posições no futuro. Vale ainda ressaltar que o número de pessoas impedidas de vir a ocupar posições de prestígio foi muito maior do que aquele de pessoas efetivamente retiradas dessas posições.

Os efeitos disso podem ser observados durante as eleições de 1946 para a Câmara dos Representantes, na qual 2770 candidatos concorreram a 466 assentos. Desses, 2624 concorriam pela primeira vez, sendo 377 deles eleitos. Essa também foi a primeira vez em que mulheres tiveram direito a concorrer, sendo eleitas 39 das 82 candidatas (NISHI 2004, posição digital 1849).

Como aponta Richard Finn (1992, p. 85), ao analisar esses números é possível concluir que o SCAP não utilizou o expurgo apenas para punir aqueles que haviam levado o Japão à guerra, mas, principalmente, “para remover as pessoas nas quais não se podia confiar para guiar a nação em direções pacíficas”¹⁴.

¹⁴ Tradução nossa, texto original: “to remove persons who could not be trusted to guide the nation in peaceful directions”.



Figura 2.7: Corte do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, 14 de maio de 1946 (The Occupation administration).

60 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?



Figura 2.8: Acusados no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente: (fileira da frente, da esquerda para direita:) Primeiro Ministro Japonês Tojo Hideki, Almirante Oka Takazumi, (fileira de trás, da esquerda para direita:) Presidente do Conselho Privado do Japão Hiranuma Kiichiro e Ministro das Relações Exteriores Japonês Togo Shigenori (Ministério da Defesa da Rússia).

A separação entre Estado e religião

Durante a revolução Meiji, um dos instrumentos utilizados pelo Estado para despertar o sentimento nacionalista na população foi a religião. O xintoísmo foi politizado por meio da deificação do Imperador, cuja autoridade derivava da sua suposta descendência direta da deusa do sol, Amaterasu. Além disso, dado o fato do xintoísmo originalmente não possuir um código de princípios morais estabelecido, o governo passou a embutir éticas derivadas do confucionismo no mesmo, transformando-o assim em um instrumento efetivamente sistematizado de domínio (SHIBATA, 2005, p. 19). Desmontar a imagem divina do imperador, separar a religião do Estado e permitir a liberdade religiosa eram, portanto, medidas fundamentais para garantir o sucesso da democratização do Japão.

Em 15 de dezembro de 1945, o SCAP enviou ao governo japonês um memorando intitulado “Directive of the Abolition of Governmental Sponsorship, Support, Perpetuation, Control, and Dissemination of State Shinto”¹⁵, o qual tinha o propósito de:

[...] separar a religião do Estado para evitar o uso indevido da religião para fins políticos e colocar todas as religiões, crenças e credos sobre exatamente a mesma base jurídica, o garantindo precisamente as mesmas oportunidades e proteção. Ela proíbe a filiação com o governo e a propagação e disseminação da ideologia militarista e ultranacionalista não só

¹⁵ Tradução nossa: “Diretriz da Abolição do Patrocínio, Apoio, Perpetuação, Controle e Difusão Governamental do Estado Xintoísta”. Também por vezes referida como “Shinto Directive”.

62 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

para Xintoísmo, mas para os seguidores de todas as religiões, credos, seitas, credos ou filosofias (GHQ, 1945).¹⁶

Na prática, as principais reformas promovidas pelas forças de ocupação no concernente a religião foram a garantia constitucional da liberdade religiosa e o fim da promoção do xintoísmo através de esturras estatais como o sistema nacional de ensino (GOODMAN, 1968, p. 28). Curiosamente, ao mesmo tempo que trabalhava para “separar o Estado da religião e promover a liberdade religiosa”, MacArthur buscou durante a ocupação disseminar o cristianismo na população, a qual ele via como uma religião de princípios morais elevados e dotada de uma repugnância natural a guerra (NISHI, 2004, posição digital 1546). Para tanto, o SCAP tentou levar o um grande número de missionários ao Japão e solicitou que as igrejas americanas enviassem a maior quantidade possível de bíblias ao país. Apenas a Pocket Testament League¹⁷ enviou 10 milhões de bíblias devidamente traduzidas para o japonês durante esse período.

Para o desapontamento pessoal de MacArthur, o cristianismo não se espalhou pela população, sendo o xintoísmo e o budismo ainda as principais religiões do Japão. Entretanto, as reformas que separaram o Estado da religião e promoveram a

16 GHQ, Directive of the Abolition of Governmental Sponsorship, Support, Perpetuation, Control, and dissemination of State Shinto, 1945, Seção 2, item A. Tradução nossa, texto orginal: “[...] separate religion from the state to prevent misuse of religion for political ends, and to put all religions, faiths, and creeds upon exactly the same legal basis, entitled to precisely the same opportunities and protection. It forbids affiliation with the government and the propagation and dissemination of militaristic and ultra-nationalistic ideology not only to Shinto but to the followers of all religions, faiths, sects, creeds, or philosophies”.

17 A Pocket Testament League é uma organização cristã com sedes espalhadas por vários países, seu trabalho consiste em imprimir e distribuir cópias do novo testamento cristão.

liberdade religiosa se mantém até a atualidade, tendo inclusive influenciado a formação dos modelos educacionais pós-guerra que serão estudados no próximo capítulo.

A democratização da economia

A economia japonesa até o fim da Segunda Guerra estava totalmente concentrada nas mãos de poucas pessoas: enquanto na área industrial havia as *zaibatsu*¹⁸, o campo ainda se encontrava marcado por um modelo feudal. Durante as décadas anteriores esse sistema econômico acabou servindo aos propósitos militaristas de uma elite que direcionou o futuro do país para um modelo de desenvolvimento rápido e instável, que em última instância provocou a guerra no Pacífico. Assim, promover a descentralização da economia era inicialmente visto pelas autoridades de ocupação como algo fundamental para garantir que o Japão não reiniciaria seus projetos imperialistas nas décadas que se seguiriam.

Primeiramente é necessário se considerar a situação das *zaibatsu*, as quais consistiam em grandes conglomerados industriais e financeiros liderados por algumas poucas famílias. Surgidas no início da Era Meiji, elas vieram a dominar a maior parte da economia japonesa até o fim da guerra. MacArthur as via como praticamente “um socialismo privado” que controlava “90% de toda a indústria Japonesa” (apud FINN, 1992. P. 57).

¹⁸ Tratavam-se de grandes conglomerados empresariais controlados por grupos familiares historicamente ligados ao governo, foram a base da economia industrial japonesa no período entre a Restauração Meiji e o fim da Segunda Guerra.

64 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Embora 90% de toda a indústria fosse um pequeno exagero por parte do SCAP, de fato a maior parcela da economia japonesa até o final da Segunda Guerra estava concentrada nas mãos de dez grupos familiares, controlando 68% da produção industrial, 53% do capital financeiro, 50% da produção de minérios e 38% da produção química.

De maneira geral, as zaibatsu consistiam em uma grande empresa central ligada a diversas subsidiárias. Para desmontá-las, era necessário dissolver a empresa central e destruir as conexões entre suas subsidiárias. Naturalmente, houve uma enorme resistência por parte do governo japonês frente a essa medida. Entretanto, não havia muito que pudesse ser feito frente a determinação do SCAP em destruir esse sistema. Assim, em 4 de novembro de 1945 o governo japonês apresentou o plano que seria seguido para se reestruturar a economia: as ações das empresas seriam transferidas para uma comissão de liquidação enquanto seus acionistas seriam compensados com títulos do governo não negociáveis. O SCAP aceitou o plano e, no dia 8 de dezembro, enviou um memorando listando 18 empresas centrais e 326 subsidiárias que deveriam se submeter a esse processo (FINN, 1992. P. 80).

Contudo, o processo de dissolução das zaibatsu jamais foi plenamente alcançado, sobretudo graças a uma mudança de objetivos da própria autoridade de ocupação. Em um movimento de “alteração de curso” iniciado em 1947, o governo norte-americano revogou as ordens de dissolução das zaibatsu em um esforço consciente de reindustrializar o Japão e fortalecê-lo como um bastião contra o comunismo na Ásia. Que pese, as zaibatsu também eram amplamente bem vistas pelo governo e sociedade do Japão, ao passo que a economia japonesa estava tão intrinsecamente associada a esses grandes

conglomerados que sua dissolução certamente acarretaria grande prejuízo a já instável economia do país.

Embora algumas subsidiárias tenham acabado falindo nos anos que se seguiram a esse processo, diversas companhias surgidas a partir da dissolução inicial das zaibatsu ainda figuram entre as principais empresas do Japão e entre as maiores empresas do mundo, a maioria delas ligadas aos complexos empresariais originalmente sobre o controle das famílias Mitsui, Mitsubishi e Sumitomo. Em sua maioria, esses conglomerados se reorganizaram em um novo modelo, as *keiretsu*, compostas por várias empresas que compartilham os mesmos grupos de acionistas e possuem estreitas relações de negócio entre si. Embora menos centralizadas que as zaibatsu, as *keiretsu* ainda serviram como instrumento para um modelo econômico com forte influência estatal, o qual dominou a economia japonesa na segunda metade do século XX.

Por sua vez, no campo a situação inicial encontrada pelas autoridades de ocupação apresentava uma concentração de renda semelhante a do setor empresarial. Das terras cultiváveis do Japão, 90% se encontrava concentradas nas mãos de menos de um terço da população rural (JASEN, 2002, p. 682), sendo que muitas dessas terras se quer eram devidamente cultivadas. Ao mesmo tempo, 28% da população rural não possuía qualquer terra, enquanto 40% não possuía terra suficiente para garantir a sua subsistência (CAPRIO e YONEYUKI, 2007, p. 33). Frente a grande crise no fornecimento de alimentos que havia se instaurado desde o último ano da guerra, o SCAP considerava necessário promover a criação de uma economia rural “democrática e próspera”, buscando assim fixar esses trabalhadores a terra e reduzir a pressão sobre as áreas

66 A ocupação norte-americana do Japão: — promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

urbanas ao mesmo tempo em que elevava a produção nacional de alimentos.

Assim, em dezembro de 1945 o SCAP ordenou que o governo japonês tomasse medidas para desmontar o sistema de agricultura feudal. Embora o governo concordasse que essa era uma medida necessária, houve muito debate acerca de como isso deveria ser implementado. Apenas em outubro de 1946 o congresso aprovou a chamada Lei de Ajuste da Agricultura e a Lei de Medidas Especiais para o Estabelecimento de Proprietários-Cultivadores¹⁹, a partir da qual o governo começou a comprar terras não cultivadas e não utilizadas pela indústria e então revende-las para pequenos produtores com termos favoráveis aos mesmos e diversas proteções legais.

¹⁹ Tradução nossa, texto original consultado: "Agriculture Adjustment Law and the Special Measures Law for the Establishment of Owner-Cultivators".

CAPÍTULO 3

Criando um novo futuro: as reformas no sistema educacional japonês

A educação na Era Meiji

A história da educação japonesa na era moderna tem seu início junto com a Restauração Meiji, ocorrida em 1868. Passado o período inicial de turbulências políticas e sociais, o governo estabeleceu o Ministério da Educação, fundado no ano de 1871. Ao tratar desse período, Marius Jasen (2002, p. 403) exibe os principais objetivos iniciais do governo, sendo eles:

[...] a centralização de um único sistema ao invés da grande variedade de instituições regionais e locais que existia, a substituição das escolas dominadas e voltadas para samurais por escolas oficiais recém-criadas, [...] e a criação de uma única grade nacional para as escolas públicas e privadas em substituição as grades descontínuas e imprevisíveis.¹

Certamente um dos projetos mais ambiciosos do governo Meiji foi a universalização do sistema básico de ensino, sendo limitado principalmente pela questão financeira, mas que, em um período surpreendentemente, curto atingiu enormes resultados. Todavia, conforme argumentado por Shibata (2005, p. 21), é possível que esse processo só tenha obtido tais taxas de sucesso graças a uma tradição de respeito e prática pela educação que

¹ Tradução nossa, texto original: “[...] the centralization of a single system for what had been a great variety of regional and local institutions, the replacement of domain schools oriented toward samurai by newly established official schools, [...] and the substitution of a single national grid for the discontinuous and unpredictable public and private schools”.

remetia ao período Tokugawa², chegando a uma considerável parcela da população dos mais diversos estratos sociais, sendo o diferencial da era Meiji garantir que todos os indivíduos recebessem uma educação padronizada. A Tabela 1 apresenta a evolução das taxas de matrícula no ensino fundamental, médio e superior no Japão ao longo deste período.

Tabela 3.1: Taxas de matrícula de no ensino fundamental, médio e superior no Japão, 1875-1905

	1875	1885	1895	1905
<i>Ensino fundamental</i>	35.2	49.6	61.2	95.6
<i>Ensino médio</i>	0.7	0.8	1.1	4.3
<i>Ensino superior</i>	0.4	0.4	0.3	0.9

Fonte: Ministério da Educação Japonês *apud* Shibata (2005, p. 21).

O resultado dessas políticas acabou sendo a criação de um sistema extremamente efetivo de disseminação ideológica, utilizado pelo Estado para fortalecer a devoção ao Imperador e propagar o xintoísmo como política de estado. Em 1890 foi promulgado o Édito Imperial para a Educação³, o qual não apenas unificou todas essas políticas sobre uma mesma base jurídica, sendo considerado junto a Constituição Imperial como um dos documentos que definiram o Japão até 1945. Ao tratar da importância que o Édito representou, Edward Beauchamp e James Vardaman (1994, p. 05) colocam:

O Édito Imperial é um documento fundamental sob vários pontos de vista: Por um lado, ele parafraseia as virtudes confucionistas aceitáveis e altamente moralistas que eram esperadas que todos os japoneses leais aderissem e estabelece

os princípios a partir dos quais grande parte da ênfase militarista e ultranacionalista na educação se desenvolveu. Ao longo das últimas linhas, subordina claramente o indivíduo para o bem do Estado e promove a aceitação irrefletida de obediência cega e as instruções de cima⁴.

Por sua vez, enquanto a educação em nível primário foi usada a partir da era Meiji para forjar uma sólida base ideológica, as universidades se tornaram centros de formação de toda a elite política e econômica do país. Todavia, ao analisarmos os momentos que precederam esse período, fica evidente a falta de professores especializados para promover essa ampliação e capacitação do sistema de ensino japonês. A solução encontrada foi importar professores das nações ocidentais, os quais foram colocados para ministrar aulas tanto em universidades quanto em centros de formação de professores para o ensino primário (SHIBATA, 2005. P. 25).

A rendição

No dia 15 de agosto de 1945, o mesmo dia em que o Imperador Hirohito anunciou aos japoneses a aceitação dos termos da Declaração de Potsdam, boa parte do gabinete do então primeiro ministro japonês, Kantarō Suzuki, apresentou suas cartas de resignação.

4 Tradução nossa, texto original: "The Imperial Rescript is a key document from several points of view: On the one hand, it paraphrases the acceptable and highly moralistic Confucian virtues to which all loyal Japanese were expected to adhere and sets down the principles from which much of the militaristic and ultranationalistic emphasis in education developed. Along the latter lines, it clearly subordinates the individual to the good of state and promotes unthinking acceptance of and blind obedience to instructions from above".

Nesse mesmo dia, o então ministro da educação, Kozo Ôta, enviou suas últimas instruções para as escolas. Em sua mensagem, ele declarava que a derrota japonesa era resultado da falta de dedicação da população, concluindo dizendo que os estudantes e professores deveriam se dedicar a seus deveres como súditos e a preservação do *kokutai*⁵.

Assim como muitos dos oficiais responsáveis por promover o ultranacionalismo no período que antecedeu a guerra, Ôta demonstrava seu comprometimento em preservar o regime imperial mesmo após a derrota, sentimento que era compartilhado por muitos professores. Todavia isso não significa que muitos professores e estudantes seriam contra a ideia de construir um novo futuro democrático para a nação, pelo contrário: conforme apontado por Caprio e Sugita (2007, p. 122), os educadores representaram uma grande força de apoio as mudanças sociais e educacionais que ocorreram no pós-guerra, mesmo que sua adaptação tenha sido difícil.

Estruturas da ocupação no campo da educação

Para dar cargo das políticas concernentes a área da educação, no dia 22 de setembro de 1945 o SCAP estabeleceu a *Civil Information and Education Section* (CI&E)⁶, responsável por aconselhar MacArthur a respeito das políticas para

⁵ “Kokutai” pode ser traduzido como “a essência nacional”. Consiste em todo um conjunto de práticas e conceitos políticos e morais que davam forma ao sistema de governo do Japão Imperial.

⁶ Por vezes referenciado como CIE.

72 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

promover a democratização do currículo escolar e por lidar diretamente com o Ministério da Educação Japonês, o que acabou lhe concedendo grande autonomia e poder político. Também fazia parte das competências do CI&E o controle da mídia e a análise contínua da opinião pública japonesa.

Inicialmente com 19 membros, mas chegando a ter 140 em abril de 1948, o CI&E teve sua origem ainda em 1941, quando o governo norte-americano iniciou o treinamento básico de oficiais para um possível processo de ocupação nos anos que se seguiriam. Seu primeiro chefe foi Ken Dyke, posteriormente sendo sucedido por Donald Nugent. Curiosamente, em uma entrevista em 1980, Nugent admitiu que foi escolhido para a função devido os seus conhecimentos na língua japonesa, e não por causa dos seus conhecimentos acerca do Japão propriamente dito, além disso, conforme destacado por Shibata (2005, p. 77) o nível acadêmico dos membros do CI&E era consideravelmente inferior a equipes que executavam funções semelhantes na Alemanha ocupada.

Para suprir essa falta de qualificações adequadas por parte do CI&E, em janeiro de 1946 o SCAP solicitou ao Departamento de Guerra norte-americano que enviasse uma equipe ao Japão composta de educadores altamente capacitados para que os mesmos produzissem um relatório que ajudasse a formar as linhas pelas quais as reformas na educação deveriam ser guiadas dali em diante. Todavia, deve-se ressaltar que, quando a Missão de Educação Norte-Americana para o Japão⁷ chegou ao território ocupado em março de 1946, várias decisões já haviam sido tomadas na área.

⁷ Tradução nossa. Texto original: The United States Education Mission to Japan. Por vezes também referenciado pela sigla "USEMJ".

Ao final, a missão produziu um relatório de 41 páginas, com estudos focados nas áreas de: (1) educação voltada para a democratização; (2) como reeducar a população japonesa; (3) reorganização da administração do sistema educacional; e (4) como usar a educação superior para ajudar o Japão a se reconstruir.

De maneira semelhante, o SCAP solicitou que o governo japonês formasse um comitê de educadores altamente qualificados para trabalhar junto a missão norte-americana, resultando na fundação do *Japanese Educators Committee* (JEC)⁸. Embora o nível técnico da equipe tenha satisfeito o SCAP e o CI&E, o Ministério da Educação exercia o controle da mesma, levando-a a ser dissolvida pelas autoridades norte-americanas pouco tempo depois. Para substituí-lo, o CI&E requisitou que o Ministério criasse um novo comitê. Assim, em agosto de 1946 foi fundado o *Japanese Educational Reform Committee* (JERC)⁹. Como coloca Shibata (2005, p. 75), as inovações do JERC em relação a seu antecessor foram:

(1) o comitê foi estabelecido sob a jurisdição do primeiro-ministro, em vez de sob a sua supervisão; (2) o comitê desfruta de sua posição autônoma em relação ao primeiro-ministro, relatando a ele os resultados da sua investigação por sua própria iniciativa; e (3) o presidente e o vice-presidente foram eleitos por meio de votação pelos membros do comitê.¹⁰

8 Nome original: Nihongawa Kyoiku-Ka linkai. Tradução nossa: Comitê dos Educadores Japoneses.

9 Tradução nossa: Comitê para a reforma educacional japonesa.

10 Tradução nossa, texto original: "(1) the committee was established under the jurisdiction of the prime minister, rather than under his supervision; (2) the committee enjoyed its autonomous position from the prime minister by reporting to him the results of its investigation of its own accord; and (3) the chairman and the vice chairman were elected through voting by the committee members."

74 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

De maneira geral, a função do JERC foi facilitar o diálogo entre o CI&E e o Ministério da Educação. Uma vez que se tratava de um corpo altamente especializado, atuando de maneira independente e composto em sua maioria por liberais, o JERC acabou sendo uma grande força para identificar e conter políticas conservadoras por parte do Ministério.

Reabertura das escolas

Entre 1941 e 1945 as escolas japonesas foram utilizadas como centros de trabalho como parte da estratégia de esforços de guerra promovidos pelo governo, convertendo várias delas em depósitos. Da mesma forma, os estudantes foram mobilizados para trabalhar em suas escolas em nome do governo imperial, sendo supervisionados por seus professores. Assim, embora o Japão se encontrasse no período de férias escolares quando a rendição foi assinada, boa parte dos estudantes e dos professores se encontrava nas escolas.

As aulas retornaram entre o final de agosto e meados de setembro de 1945, todavia, as escolas não haviam recebido orientações do Ministério da Educação sobre como deveriam proceder ou que deveriam ensinar. Embora retomar as atividades acadêmicas fosse importante, muitos professores enfrentaram dificuldades em lidar com a derrota do Japão, uma vez que seus ensinamentos anteriores estavam ancorados na crença de que isso jamais aconteceria. Conforme destacado por Caprio e Sugita, (2007, p. 125) ter que admitir a seus estudantes a derrota de sua nação fez com que muitos professores

concluísssem que havia sido um erro apoiar em suas doutrinas o discurso militarista e nacionalista propagado pelo governo. Isto posto, vale ressaltar que esse arrependimento estava limitado meramente ao que haviam feito seus alunos acreditarem, não envolvendo nenhum sentimento de culpa referente a guerra e às atrocidades realizadas por soldados japoneses.

Esse foi um sentimento notavelmente compartilhado por toda a população, sendo desde o primeiro momento alimentado pelas autoridades de ocupação norte-americanas, as quais buscavam desenvolver a ideia de que a única culpa da população foi confiar nos seus líderes militares, tendo agora uma chance de se redimir ao abraçar as reformas propostas pelos EUA. Como já demonstrado, tal conceito pode ser visto até mesmo no texto da Declaração de Potsdam, onde, segundo o item 6, “Deve ser eliminada para sempre a autoridade e influência daqueles que enganaram e induziram o povo do Japão a empreender na conquista do mundo”¹¹. Nesse mesmo sentido, o CI&E produziu e distribuiu entre a população japonesa uma série de artigos que não apenas colocava toda a culpa nos militares, mas também destacava os esforços para parar a guerra advindos de uma suposta facção pacifista centrada no Imperador Hirohito (BIX, 2000, posição digital 9216).

As primeiras medidas

No dia 15 de setembro de 1945, o primeiro Ministro da Educação japonês no pós-guerra, Tamon Maeda, anunciou as

¹¹ Tradução nossa, texto original: “There must be eliminated for all time the authority and influence of those who have deceived and misled the people of Japan into embarking on world conquest”.

76 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

primeiras diretrizes que guiariam o futuro da educação no Japão através do chamado “Plano educacional para construir um novo Japão”¹², no qual ele declarava a necessidade de exorcizar o militarismo e construir uma nação pacífica ao mesmo tempo que se promovia a manutenção do kokutai.

Ao analisar a declaração de Maeda, o Departamento de Estado norte-americano concluiu que, embora apresentasse um texto centrado em conceitos como promover a paz e a harmonia com a sociedade internacional, o mesmo tinha um caráter conservador, buscando acima de tudo manter a supremacia da antiga doutrina, centrada na figura do Imperador. Nishi (2004, posição digital 4151) argumenta que esse comportamento se originava primordialmente na incapacidade de muitos líderes japoneses compreenderem certos termos da Declaração de Potsdam da forma que os norte-americanos desejavam. No caso, a principal diferença se encontrava no 10 item da declaração, onde se lê:

O governo japonês deve remover todos os obstáculos para a revitalização e fortalecimento das tendências democráticas entre o povo japonês. Deve ser estabelecida a liberdade de expressão, de religião e de pensamento, bem como o respeito pelos direitos humanos fundamentais.¹³

Pela visão japonesa, essas “tendências democráticas” existiam no governo imperial até a década de 1930, período da ascensão dos militares. Já, pela visão norte-americana, o sistema imperial nos moldes que o Japão tentava manter era o oposto de qualquer regime democrático.

12 Tradução nossa. Original em Japonês: “Nippon kensetsu no kyoiku hoshin”.

13 Tradução nossa, texto original: “The Japanese Government shall remove all obstacles to the revival and strengthening of democratic tendencies among the Japanese people. Freedom of speech, of religion, and of thought, as well as respect for the fundamental human rights shall be established.”

Insatisfeitos com as medidas adotadas pelo Ministério da Educação, no dia 13 de outubro de 1945 o CI&E emitiu um memorando chamado "Concerning Change in Constitution of Ministry of Education"¹⁴, o qual precedeu as primeiras diretrizes a respeito da educação emitidas por MacArthur. Frisando a necessidade de acelerar as medidas no plano educacional, foram numeradas 7 mudanças que deveriam ocorrer na estrutura do Ministério, sendo elas:

1. Uma nova Secretaria de Educação Escolar, para realizar as reformas no ensino fundamental e médio.
2. Uma nova Secretaria de livros didáticos, para reescrever livros didáticos.
3. Uma nova Secretaria de Educação Social, para cultivar o senso moral do povo japonês e para melhorar a cultura nacional.
4. Abolição da antiga Secretaria de Educação Moral, que pregava a lealdade cega.
5. Abolição do antigo Instituto de Pesquisa em Características Raciais e do Seminário de Formação Moral, porque perpetua o racismo.
6. Um novo Instituto de Investigação para a Educação, para reeducar os professores com "uma forte convicção na democracia."
7. Divisão do Ministério da Educação em seis departamentos, para promover a descentralização e a democratização (NISHI, 2004, posição digital 4174).¹⁵

¹⁴ Tradução nossa: "Em relação às alterações na Constituição do Ministério da Educação".

¹⁵ Tradução nossa, texto original: "1. A new Bureau of School Education, to carry out reforms in elementary and secondary education. 2. A new Bureau of Textbooks, to rewrite textbooks. 3. A new Bureau of Social Education, to cultivate the moral sense of the Japanese people and to improve national culture. 4. Abolition of the old Bureau of Moral and School Education, which preached blind loyalty. 5. Abolition of the old Institute of Research in Racial Characteristics and the Seminary of Moral Training,

78 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Complementarmente, em 22 de outubro de 1945, MacArthur emitiu sua primeira diretiva para a educação, "Administration of the Educational System of Japan"¹⁶, na qual ordenava que o governo japonês revisasse todo o conteúdo apresentado aos estudantes para que esse se harmoniza-se com os conceitos de democracia e perpetuação da paz que visavam criar, assim como exibir os males causados durante a Guerra do Pacífico, ajudando a criar a ideia de que a responsabilidade pela guerra e por toda a desgraça japonesa recaía sobre os militares.

Outra parte da estratégia adotada por MacArthur foi encorajar os estudantes e professores a avaliar de maneira crítica o conteúdo escolar e a participação em discussões acerca da política, de questões civis e do debate religioso, apelo que em pouco tempo foi respondido. Em setembro de 1945 um grupo de estudantes de uma escola de ensino médio liderou a primeira manifestação política no pós-guerra, exigindo a exoneração de seu diretor acusado de apoiar doutrinas autoritaristas, tendo suas demandas atendidas após algumas semanas. Da mesma forma, Maeda reintegrou diversos professores universitários que haviam sido exonerados por disseminar "pensamentos perigosos" e instruiu os diretores das escolas a fazer o mesmo. Já no dia 24 de novembro de 1945, o ministro publicou uma nota nomeando 140 novos diretores para escolas do ensino médio, os quais supostamente deveriam promover o liberalismo na educação.

because they perpetuated racism. 6. A new Institute of Educational Investigation, for reeducating teachers with "a strong conviction in democracy." 7. Division of the Ministry of Education into six bureaus, to further decentralization and democratization".
16 Tradução nossa: "Administração do Sistema Educacional do Japão".

Esses estudantes se tornaram uma das maiores forças da propaganda norte-americana a favor da democracia, praticamente obrigando o Ministério a ceder na maioria de suas demandas. Seguindo essas tendências, Maeda emitiu um memorando no dia 17 de janeiro de 1946 encorajando os estudantes e professores a participarem mais ativamente dos debates políticos.

O expurgo da educação

Enquanto o Ministério da Educação executava medidas vagas e procurava demonstrar seu comprometimento com a democratização do Japão, emitindo memorandos escritos com uma linguagem liberal, mas que careciam de impactos práticos, MacArthur planejava um expurgo de todos os professores militaristas e nacionalistas.

Nesse ponto, vale ressaltar a forma como a maior parte dessas reformas foram implementadas. Embora os norte-americanos estivessem no controle do país e todas as reformas partissem deles, as mesmas eram transmitidas ao órgão competente do governo japonês, o qual deveria então traçar um plano de implementação a ser submetido as autoridades norte-americanas. Se aprovado, caberia aos próprios japoneses implementá-lo sob a cuidadosa vigília dos EUA.

Robert King Hall, um dos membros da divisão de educação do CI&E, ficou responsável por organizar um memorando que coordenaria o processo de investigação, o qual foi submetido à aprovação de MacArthur no dia 29 de outubro e publicado

**80 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

no dia seguinte sob o título de “Investigation, Screening, and Certification of Teachers and Education Officials”¹⁷, uma ordem ao governo japonês por meio da qual visava “eliminar as influências militaristas e ultranacionalistas do sistema educacional japonês” (apud NISH, 2004, posição digital 4349). Dois dias depois, o Ministério da Educação entregou um plano para a implementação das medidas colocadas por MacArthur, o qual foi rejeitado no dia 6 de novembro por falta de participação da sociedade civil japonesa, pelo número insuficiente de comitês de avaliação e por ser excessivamente vago.

Visando apressar o processo de criação de um plano de implementação que efetivamente pudesse ser aprovado, no dia 17 de novembro o ministro Maeda foi convocado a uma reunião com Robert Hall e Ken Dyke, acompanhados do Coronel H. G. Henderson, na qual apresentaram os seguintes pontos que deveriam ser a base do plano:

1. Quando o plano estiver concluído um teste será feito em uma pequena prefeitura, perto de Tóquio.
2. O plano deve ter mais comitês.
3. Os comitês locais devem apresentar relatórios sobre cada professor não apenas aqueles que consideram inelegíveis.
4. O comitê local só deve recomendar, não demitir o professor. O município é quem deve agir e a prefeitura deve rever os casos. O comitê nacional deve agir como um tribunal de apelação.
5. Cada uma das universidades e Semmon Gakko [escolas profissionais] devem ter seu próprio comitê e seus resultados devem ser comunicados e revisados pelo comitê nacional.

¹⁷ Tradução nossa: “Investigação, Exibição, e Certificação de Professores e Funcionários da Educação”.

6. Deve se dar publicidade a todas as fases deste processo para que os pais percebam que seus filhos terão o melhor da educação. Publicidade também deve ser dada aos professores demitidos, para incentivar outros indesejáveis de se demitir voluntariamente.

7. O plano deve incluir um conjunto definido de normas precisas, e não uma mera reformulação das políticas gerais estabelecidas pelas Forças Aliadas (*apud* NISHI, 2004, posição digital 4357).¹⁸

Duas semanas depois, o Ministério da Educação submeteu a aprovação do CI&E um novo plano, o qual foi novamente recusado. Apenas no dia 7 de maio de 1946 o Ministério conseguiu fazer seu texto ser aceito, em uma versão que se assemelhava em muito a diretriz emitida pelo SACP em janeiro do mesmo ano contra os criminosos de guerra. O texto ainda se estendia aqueles criticassem as políticas de ocupação (em concordância com a censura da mídia) e aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a propaganda do antigo regime através de escritos acadêmicos.

Seguindo a “sugestão” do CI&E, o Ministério da Educação estabeleceu um sistema hierárquico entre os comitês, o qual concluiu a primeira fase das investigações em abril de 1947, sendo que antes mesmo do início do processo 115.778

18 Tradução nossa, texto original: “1. *When the plan is complete a trial run will be made on a small prefecture near Tokyo.*” 2. *The plan must have many more committees.*” 3. *The local village committees should report on every teacher not merely the ones they consider ineligible.*” 4. *The local committee should only recommend, not actually dismiss the teacher. The county should take action, and the prefecture should review the cases. The national committee should act as a court of appeals.*” 5. *Each of the universities and sermon gakko [professional schools] should have its own committee and its findings should be reported to and reviewed by the national committee.*” 6. *Publicity should be given to all phases of this screening [so that the parents will realize that] their children will get the best of education.*” Publicity should also be given dismissed teachers, to encourage other undesirables to resign voluntarily. 7. *The plan should include a definite set of precise standards, not a mere rewording of the general policies laid down by the Allied Powers.”*”

82 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

professores e funcionários da educação haviam pedido demissão. Isto posto, após a aprovação da Lei dos Quadros da Educação¹⁹ em 1948, todos os candidatos a algum cargo na educação passaram a ser investigados. Em abril de 1949, o governo japonês informou ao GHQ que um total de 942.459 pessoas haviam sido investigadas, sendo que 3.151 foram consideradas inapropriadas e consequentemente exoneradas (NISHI, 2004, posição digital 4380).

Reescrevendo a história: o bloqueio dos livros didáticos

Outra medida tomada pelo Ministério da Educação foi relativa ao uso dos antigos livros escolares, instruindo ainda durante agosto de 1945 que as escolas usassem com discrição esse material. No dia 20 de setembro, pouco após a retomada do calendário escolar, o Ministério emitiu um novo memorando, ordenando que as escolas orientassem seus professores a apagar qualquer conteúdo de caráter militarista dos livros didáticos.

Os critérios indicados para esse processo foram extremamente vagos, baseados em uma lista genérica de termos e assuntos que deveriam ser removidos. Uma vez que essa notificação chegou as escolas, professores começaram a ordenar que seus alunos apagassem as partes em seus livros escolares que identificavam algum traço militarista – por vezes passando tinta por cima, em outros casos recortando com

19 Tradução nossa, no original consultado em inglês: “Board of Education Law”.

tesoura. Como destacado por Nozaki (2008, p. 04), graças a falta de instruções mais específicas, escolas e professores acabaram por desenvolver cada uma sua própria lista de conteúdos removidos.

Em 15 de dezembro de 1945, o SCAP, dando continuidade às diretrizes para a educação emitidas em outubro e novembro do mesmo ano, ordenou a abolição de qualquer propaganda governamental do xintoísmo, incluindo livros escolares como “O Verdadeiro Significado da Política Nacional”²⁰ e “O Caminho do Súdito Imperial”²¹. Por fim, no dia 31 de dezembro, o SCAP ordenou que as disciplinas de educação moral, história japonesa e geografia deveriam ser suspensas e seus livros escolares e guias para professores deveriam ser recolhidos e reescritos (CAPRIO; SUGITA, 2007, p. 127).

Ao final de 1945, o processo de escrita de novos livros escolares já estava em andamento, porém, desde o início havia um certo conflito entre os desejos do Ministério, que entendia que apenas a exclusão do conteúdo militarista bastaria, e do CI&E, que via a necessidade de escrever livros totalmente novos. O primeiro projeto de iniciativa ministerial foi entregue a Takeshi Toyoda, membro da Secretaria de Livros didáticos. Embora não carregasse nenhum caráter militarista e procurasse desenvolver os escritos em uma linguagem científica, esse livro também incluía a mitologia da origem divina do Japão, o que levou o projeto a ser cancelado.

Em resposta, o Ministério lançou um projeto para desenvolver três novos livros voltados para academias de ensino

20 Tradução nossa. Título no inglês consultado: *The True Meaning of the National Polity*. Título original em japonês: *Kokutai no Hongi*.

21 Tradução nossa. Título no inglês consultado: *The Path of the Imperial Subject*. Título original em japonês: *Shinin no Michi*.

84 A ocupação norte-americana do Japão: — promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

fundamental, ensino médio e centros de formação de professores, convocando onze historiadores para desenvolvê-los. Os livros não deveriam apresentar qualquer tipo de propaganda e não poderiam trazer qualquer conteúdo militarista, nacionalista ou xintoísta. Empregados japoneses do CI&E examinavam os manuscritos conforme eram feitos, excluindo passagens que não estivessem de acordo com o desejado (NOZAKI, 2008, p. 05).

Embora o SCAP não tenha feito qualquer exigência acerca do que eles deveriam incluir em seus textos, é necessário considerar as pressões políticas, sociais e culturais do período. Por exemplo, o termo “Grande Guerra do Leste Asiático”, usado por livros escolares no período da guerra, foi substituído pelo termo “Guerra do Pacífico”, o qual havia ganhado força após uma série de reportagens de rádio e jornais impressos de dezembro de 1945, produzidos por ordem do CI&E utilizando essa terminologia.

Todavia, para garantir que o governo japonês não voltasse a utilizar o controle dos livros educacionais para doutrinar a população, era necessário descentralizar a criação dos mesmos. Assim, a mesma ordem emitida pelo SCAP em 31 de dezembro de 1945 também incentivava os historiadores japoneses a desenvolver livros que poderiam vir a ser usados pelas escolas em um futuro próximo.

Seguindo orientações do CI&E, em setembro de 1947 o Ministério da Educação anunciou a introdução de um sistema de avaliação de livros didáticos no ano de 1948, visando escolher os livros que seriam usados em 1949. Nesse processo, as editoras deveriam submeter duas versões dos livros, uma em japonês, a ser avaliada pelo próprio ministério, e uma em inglês, a ser avaliada pelo CI&E. No dia 11 de agosto de 1948 foi

divulgada a lista de livros aprovados: dos 584 textos submetidos a análise, 418 receberam a aprovação do Ministério, porém, apenas 90 foram aprovados pelo CI&E. Esses livros foram então encaminhados a centros de exibição, nos quais os professores poderiam ter acesso e decidir quais seriam usados por suas escolas (CAPRIO; SUGITA, 2007, p. 139).

Descentralização da estrutura administrativa

Como dito anteriormente, um dos principais objetivos da ocupação norte-americana no campo da educação era desmontar as estruturas que facilitaram a disseminação dos ideais nacionalistas e militaristas, como, por exemplo, o monopólio estatal da criação de livros didáticos.

De maneira geral, o Ministério da Educação funcionou como um veículo útil para a implementação das reformas no sistema educacional, seguindo as decisões do CI&E e do JERC, mesmo que frequentemente não estivesse satisfeito com elas, e realizando-as com surpreendente efetividade no ambiente caótico em que o país se encontrava. Isto posto, inegavelmente o Ministério havia sido o elemento central da estrutura de propagação ideológica montada no pré-guerra, papel que se deve em grande parte a centralização do poder que exercia.

Ciente dessa problemática, pouco a pouco o CI&E reduziu o poder do Ministério nos primeiros meses da ocupação, liberalizando certos setores enquanto descentralizava outros, ao passo que transferia poder decisório para as Secretarias locais. Como parte de suas responsabilidades, a USEMJ analisou

86 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

esse processo, concluindo que ele “demonstrou a capacidade e a vontade do povo japonês em assumir a responsabilidade adicional referente aos assuntos das escolas públicas”²², encorajando a continuidade do mesmo.

Assim o CI&E iniciou o desenho de um projeto que visava inicialmente transferir boa parte das responsabilidades administrativas às secretarias locais de educação, porém acabou evoluindo para um sistema que transferiria essas questões diretamente para a competência dos conselhos administrativos de cada escola. Embora as autoridades do Ministério da Educação tenham demonstrado insatisfação com esse processo, não havia meios de ir contra ele, uma vez que o CI&E instruiu explicitamente como ele deveria ser feito.

Dessa forma, no dia 5 de julho de 1948, o Congresso aprovou a chamada “Lei dos Conselhos de Educação”²³, com eleições diretas previstas para o dia 5 de outubro do mesmo ano e sendo considerada por Nugent (apud NISHI, 2005, posição digital 5266) como “o passo mais importante tomado até agora para limitar o poder do Ministério da Educação e transferir a autoridade sobre a educação do governo nacional para o nível local.”²⁴

De fato, essa lei eliminou boa parte da capacidade de criação de políticas do Ministério, mas falhou em criar uma efetiva independência dos conselhos locais. As razões principais que levaram a isso foram a incapacidade administrativa exibida

22 NISHI, 2004. Posição digital 5238. Tradução Nossa, texto original: “demonstrated the ability and the willingness of the Japanese people to assume additional responsibility for public school affairs.”

23 Tradução nossa. Texto original consultado: *Board of Education Law*.

24 Tradução nossa, texto original: “the most important step taken thus far in limiting the power of the Ministry of Education and transferring authority over education from the national government to the local level.”

em várias localidades e a falta de fundos, uma vez que, além da situação catastrófica em que se encontrava a economia japonesa, o Ministério da Educação manteve o total controle do orçamento nacional para a educação. Mesmo com a clara falta de funcionalidade do sistema, o CI&E e o SCAP optaram por mantê-lo, sendo alterado apenas em 1956, quando o voto popular foi abolido e o Ministério passou a indicar os membros dos conselhos.

A Lei Fundamental da Educação

Apesar de todas as reformas promovidas no campo da educação, curiosamente o já citado Édito Imperial para a Educação, de 1890, teve seu uso oficialmente restrito apenas em outubro de 1946, dado que se tratava de uma questão extremamente delicada tanto para os japoneses quanto para os norte-americanos, uma vez que carregava “a vontade do Imperador”.

Enquanto do lado japonês a tradicional fidelidade ao imperador levava até mesmo os grupos mais liberais como o JERC a solicitar que fosse criado um novo Édito proclamado pelo próprio Hirohito, do lado norte-americano havia o desejo de se aproveitar da influência imperial para tornar as medidas mais efetivas. John Schieffelin, membro da Seção de Governo do SCAP, expressou sua opinião em uma correspondência interna, trocada no dia 9 de dezembro de 1945 com Ken Dyke:

O SCAP pode estar perdendo a melhor aposta se a ideia de um novo édito for rejeitada [...] Minha opinião é que se o

88 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

SCAP pretende utilizar a imensa tradição existente de obediência e respeito que permeia as escolas, poderia se sugerir ao Hirohito que ele produza um novo édito (apud SHIBATA, 2005, p. 83).²⁵

Embora o SCAP tenha chego a ordenar a constituição de um grupo voltado para editar um novo édito – o qual seria posteriormente revisado pelo CI&E e então promulgado pelo imperador –, a ideia acabou sendo abandonada por se tratar de uma questão delicada demais e que consequentemente estava tomando tempo excessivo. O CI&E então solicitou que o Ministério elaborasse novos fundamentos jurídicos para a educação.

Assim, em 31 de março de 1947, o governo japonês aprovou a Lei Fundamental da Educação²⁶ a qual garantia em seu texto “oportunidades iguais para a educação” (Artigo 3), “nove anos de educação compulsória” (Artigo 4) e que a “educação não deve estar sujeita ao controle inadequado, mas deverá ser de responsabilidade direta de todo o povo” (Artigo 10) (JAPÃO, 1947). Por fim, no dia 19 de junho de 1948 o congresso aboliu oficialmente o Édito Imperial para a Educação de 1890, o qual encontrava-se apenas suspenso, passando os assuntos relativos a área da educação a serem regidos exclusivamente pela Constituição e pela Lei Fundamental da Educação, a qual passou a ser a base de todo o desenvolvimento da educação japonesa desde então.

25 Tradução nossa, texto original: “SCAP may be missing a best bet if the idea of a new rescript is rejected [...] My thought is that if SCAP wishes to use the immense existing tradition of obedience and respect which pervades the schools, a suggestion could be made to Hirohito that he produce a new rescript”.

26 Tradução nossa. Texto original em inglês: *Fundamental Law of Education*. Título original em japonês: *Kyōiku Kihonō*.

Conclusão

Ao se tratar das ocupações aliadas no após o fim da Segunda Guerra Mundial, a ocupação do Japão é frequentemente renegada a um segundo plano em relação a ocupação da Alemanha, todavia, como demostramos ao longo dessa obra, a ocupação norte-americana do Japão fornece um rico campo de pesquisa nas Relações Internacionais.

Visando originalmente garantir que seus inimigos derrotados nunca mais apresentassem ameaça, os processos de desmilitarização e de democratização forçada empreendidos pelos EUA acabaram por afetar as bases da sociedade japonesa pelas décadas seguintes. Assim, tendo em vista toda a pesquisa construída até aqui, apresentaremos de maneira breve as principais conclusões em relação às problemáticas que guiaram esse trabalho.

Dentre as reformas executadas, certamente as que produziram resultados mais interessantes são a reforma constitucional, a manutenção da casa imperial, a reestruturação da economia e a reforma educacional.

Embora o projeto constitucional tenha sido proposto pelas autoridades de ocupação e tenha sido submetido a um moroso processo de discussão até ser aprovado pelo congresso, a Constituição Japonesa de 1946 está em vigor até os dias atuais, tendo sofrido pouquíssimas emendas e, como aponta John Dower (2000, posição digital 6103), sendo internalizada e defendida pela população japonesa nas décadas que se seguiram.

No tocante a questão do Imperador, os norte-americanos claramente souberam manejar a situação com maestria. Ao apoiarem a preservação da casa imperial, estabeleceram a legitimidade necessária aos olhos dos japoneses, que ainda viam em seu imperador um símbolo de liderança absoluta. Por sua vez, através das campanhas promovidas pelo CI&E para desvincular totalmente a imagem do monarca das políticas militaristas até o fim da guerra, colocando-o no centro de uma suposta coalização pacífica que havia sido contrária ao conflito, os norte-americanos o transformaram em um símbolo de renegação as políticas militaristas que guiavam a nação até o fim do conflito. Da mesma forma, os esforços para eximir o Imperador de qualquer culpa acabaram contribuindo grandemente para a ideia de que os responsáveis pela guerra tinham sido única e exclusivamente os militares.

Quanto a reestruturação da economia, nota-se que, embora as reformas do setor industrial japonês tenham sido suprimidas antes de produzirem a descentralização econômica pretendida pelo SCAP, nos setores rurais as mudanças foram de fato impactantes, promovendo uma reforma agrária efetiva. Nesse ponto, há, no entanto, a necessidade de se levar em consideração a situação deplorável na qual se encontrava o fornecimento de alimentos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o que levou o próprio governo japonês a identificar uma possível solução no projeto. Embora esteja claro que o SCAP considerava a reforma agrária uma medida importante e que o governo japonês concordava com a necessidade em realizá-la – apesar de todo o debate acerca de como promovê-la –, não é possível determinarmos o grau de responsabilidade que cada uma dessas forças teve sobre o sucesso dessa reforma.

92 A ocupação norte-americana do Japão: promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

Por sua vez, a reforma educacional tem seu mérito em solidificar com eficácia cada uma dessas outras reformas, tendo sido utilizada pelos norte-americanos para disseminar ideais como a democracia e o comprometimento com a paz em cada indivíduo da população pelas décadas que se seguiram.

Todavia, devemos ainda nos perguntar o motivo pelo qual essas reformas foram tão aceitas entre os japoneses. Como já comentado, o acordo tácito firmado entre os norte-americanos e a Casa Imperial claramente forneceu a legitimidade mínima que as autoridades de ocupação necessitavam. Nesse quesito, deve ainda ser considerada a estratégia adotada pelas autoridades de ocupação, as quais operaram em grande parte através de instituições japonesas previamente estabelecidas e às quais o povo japonês entregava a responsabilidade de guiar a nação.

Isto posto, essas duas medidas, por si só, não explicam como o Japão aceitou tão abertamente conceitos ocidentais estranhos a sua sociedade, estando a resposta para esse questionamento presente dentro da própria história japonesa. Embora haja a ideia de que o Japão se tratava de uma sociedade milenar com costumes próprios e totalmente distante das ideias ocidentais, isso é apenas parcialmente verdadeiro. Como demonstramos, ao mesmo tempo que edificava um sistema tradicionalista e de cunho fortemente ligado a mitologia da religião xintoísta, a Restauração Meiji importava conhecimento técnico do Ocidente, fazendo com que as ideias trazidas pelos norte-americanos na ocupação, apesar de certamente serem diferentes, não soassem absurdas ou incabíveis aos ouvidos japoneses.

Já, ao tratarmos de como os japoneses podem ter abraçado tais ideias com aparente facilidade, devemos considerar um fator ainda mais profundo. Certamente a

população japonesa havia sido fiel às ideias militaristas e ao pensamento de que eram a nação destinada a governar a Ásia. Todavia, como demonstramos em vários pontos ao longo dessa obra, a derrota na guerra, a devastação ao longo de suas cidades, a contemplação do poderio militar de seus inimigos com a destruição de Hiroshima e Nagasaki e ouvir de seu próprio imperador que sua nação estava se rendendo como única opção além da completa aniquilação, acabou por minar qualquer fé sobressalente nesses ideias de superioridade, outrora tão disseminados pelo governo, criando um vácuo ideológico que foi ocupado pelos norte-americanos, personificados na figura de MacArthur.

Por fim, cabe aqui o maior questionamento na qual essa pesquisa foi estruturada. Como demonstramos ao longo de toda a obra, a posição na qual os norte-americanos procuraram se colocar não foi de conquistadores, mas sim de doutrinadores. Como tal, a ideia central de toda a operação de ocupação era que o grande erro do povo japonês foi ter confiado em seus militares, sendo eles os grandes responsáveis por sua desgraça, tendo então uma segunda chance ao confiar nos norte-americanos, os quais, através de sua suposta misericórdia, apresentavam ao Japão um meio pacífico e democrático de se integrar ao mundo.

Ao menos a primeira parte dessa ideia foi claramente internalizada pela sociedade japonesa. O Japão não se esqueceu de sua participação no maior conflito militar da história, mas, através de seu sistema educacional e demais estruturas ideológicas, gerações têm sido ensinadas a crer que a culpa foi exclusivamente dos militares. O resultado disso é uma clara divisão do Leste Asiático: de um lado, as nações que sofreram as ações imperialistas japonesas, com a contínua

**94 A ocupação norte-americana do Japão:
— promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

percepção de ameaça por parte da China e da Coréia do Norte e uma suavização dessa ameaça com a Coréia do Sul, criada artificialmente pelas alianças que ambos os países tem com os EUA; e, do outro lado, o Japão, o qual não se esqueceu dos atos que cometeu, mas foi ensinado a se eximir do peso de sua responsabilidade.

Referências

BEAUCHAMP, Edward; VARDAMAN, James. **Japanese Education Since 1945:** A Documentary Study. [S.I.]: M.E. Sharpe, Inc., 1994.

BIX, Herbert. **Hirohito and the Making of Modern Japan.** Nova York: HarperCollins e-books, 2000.

CAPRIO, Mark; SUGITA, Yoneyuki. **Democracy in Occupied Japan:** The U.S. Occupation and Japanese Politics and Society. Londres: Routledge, 2007.

CARY, Otis. **Japan and its Regeneration.** 2. Ed. Nova York: Student Volunteer Movement For Foreing Missions, 1904.

CHALK, Peter; DOBBINS, James; LESSER, Ian. **America's Role in Nation-Building:** From Germany to Iraq. Edição Kindle. [S.I.]: RAND Corporation, 2003.

DOWER, John. **Embracing Defeat:** Japan in the Wake of World War II. Edição Kindle. Nova York: W.W. Norton & Company, 2000.

FINN, Richard B. **Winners in Peace - MacArthur, Yoshida, and Postwar Japan.** Berkeley: University of California Press, 1992.

GOODMAN, Grant K.. **The American Occupation of Japan:** A Retrospective View. Nova York: Paragon Book Gallery, 1968.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** O breve século XX: 1914 – 1991. 2^a Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IKENBERRY, John. **After victory:** Institutions, Strategic Restraint, And The Rebuilding Of Order After Major Wars. Princeton: Princeton University Press, 2001.

JASEN, Marius B. **The Making of Modern Japan.** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

KENNEDY, P. **Ascensão e queda das grandes potências:** transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 17º Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

KOIKARI, Mire. **Pedagogy of Democracy** - Feminism and the Cold War in the U.S. Occupation of Japan. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

NISHI, Toshio. **Unconditional Democracy:** Education and Politics in Occupied Japan, 1945-1952. Edição Kindle. [S.l.]: Hoover Institution Press, 2004.

NOZAKI, Yoshiko. **War Memory, Nationalism, and Education in Postwar Japan, 1945–2007** - The Japanese history textbook controversy and Ienaga Saburo's court challenges. Londres: Routledge 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Liberdade versus igualdade:** o mundo em desordem (1914 - 1945). Rio de Janeiro: Record, 2011.

MOORE, RAY A.; ROBINSON, DONALD. **Partners for Democracy:** Crafting the New Japanese State Under Macarthur. Nova York: Oxford University Press, 2002.

**98 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

SERAPHIM, Franziska. **Negotiating War Legacies and Postwar Democracy in Japan**. Totalitarian Movements and Political Religions, Vol. 9, 2008. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14690760802094842>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

SHIBATA, Masako. **Japan and Germany Under the U.S. Occupation: A Comparative Analysis Of the Post-war Education Reform**. Plymouth: Lexington Books, 2005.

Documentos consultados

Declaração da conferencia de Potsdam, 1945. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>> Acesso em 20 de outubro de 2021.

EUA, **Basic Directive for Post-Surrender Military Government in Japan Proper**, 1945. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/036/036tx.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

EUA, **Directive of the Abolition of Governmental Sponsorship, Support, Perpetuation, Control, and dissemination of State Shinto**, 1945. <<http://nirc.nanzan-u.ac.jp/nfile/3229>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

EUA, **Politico-Military Problems In The Far East: United States Initial Post-Defeat Policy Relating To Japan**, 1945. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/022_2/022_2tx.html#t001>. Acesso em de outubro de 2021.

GHQ, **Reports of General MacArthur**: Macarthur In Japan: The Occupation: Military Phase, 2006. Disponível em: <<https://history.army.mil/books/wwii/macarthur%20reports/macarthur%20v1%20sup/index.htm>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

JAPÃO, **Constituição do Japão**, 1946. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

100 A ocupação norte-americana do Japão:
— promovendo a democracia por meio do autoritarismo?

SCAP, **The Fundamental Law of Education**, 1947. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20161020061741/http://www.supradotati.ro/resurse/The-Fundamental-Law-of-Education-Japan.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

Lista de figuras

- Figura 1.1:
22 **Sessão da Conferência de Potsdam.**
(Bundesarchiv, Bild).
- Figura 1.2:
22 **Da esquerda para a direita: Primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill; Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman; e Primeiro-ministro da União Soviética, Josef Stalin.**
(U.S. National Archives and Records Administration).
- Figura 1.3:
24 **Explosão atômica sobre Nagasaki.**
(Charles Levy - U.S. National Archives and Records Administration).
- Figura 1.4:
25 **Imperador Japonês, Hirohito.**
(Autor desconhecido).
- Figura 1.5:
26 **Major Kenji Hatanaka, líder do golpe de Estado fracassado que pretendia impedir a rendição japonesa pelo Imperador.**
(The Pacific Research Society, 2002).
- Figura 1.6:
29 **Ministro das Relações Exteriores japonês, Mamoru Shigemitsu (centro), assinando a Ata de Rendição do Japão em frente ao General norte-americano Richard K. Sutherland (esq.).**
(Stephen Korpany - Naval Historical Center).
- Figura 1.7:
30 **General norte-americano, Douglas MacArthur, na cerimônia de rendição.**
(U.S. Navy).

**102 A ocupação norte-americana do Japão:
promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

39 Figura 2.1:
Organograma das forças de ocupação.
(Reports of General MacArthur, 1994, p. 72).

41 Figura 2.2:
Estrutura organizacional do SCAP.
(Reports of General MacArthur, 1994, p. 68).

43 Figura 2.3:
Prédio da Dai-Ichi Seimei, que serviu como quartel general para o SCAP (foto tirada por volta de 1950).
(Autor desconhecido, publicado na obra "Occupied Tokyo", da editora Gekkan-Okinawa Sha).

51 Figura 2.4:
Página do memorando Rowell, com comentários do Tenente Coronel das forças de ocupação, Milo Rowell, destinado à Secretaria de Estado Norte-Americana (Janeiro de 1946).
(National Diet Library of Japan).

52 Figura 2.5:
Imperador Hirohito assina a nova Constituição Japonesa, 03 de novembro de 1946.
(Autor desconhecido).

56 Figura 2.6:
General Douglas MacArthur (esq.) ao lado do Imperador Hirohito (dir.), 27 de setembro de 1945.
(Tenente Coronel Gaetano Faillace, United States Army photograph).

59 Figura 2.7:
Corte do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, 14 de maio de 1946.
(The Occupation administration).

60

Figura 2.8:

Acusados no Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente: (fileira da frente, da esquerda para direita:) Primeiro Ministro Japonês Tojo Hideki, Almirante Oka Takazumi, (fileira de trás, da esquerda para direita:) Presidente do Conselho Privado do Japão Hiranuma Kiichiro e Ministro das Relações Exteriores Japonês Togo Shigenori.
(Ministério da Defesa da Rússia).

**104 A ocupação norte-americana do Japão:
— promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

ANEXO 1:

**DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE POTSDAM
(1945)**

TRADUÇÃO NOSSA

**106 A ocupação norte-americana do Japão:
— promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

Proclamação definindo termos para a rendição japonesa.

Emitido em Potsdam, 26 julho 1945.

1. Nós, o presidente dos Estados Unidos, o presidente do Governo Nacional da República da China e o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, representando as centenas de milhões de nossos compatriotas, conferimos e concordamos que deve ser dada ao Japão um oportunidade de acabar com essa guerra.

2. As prodigiosas forças terrestres, marítimas e aéreas dos Estados Unidos, do Império Britânico e da China, muitas vezes reforçadas por seus exércitos e frotas aéreas do Ocidente, estão prontos para desferir os golpes finais sobre o Japão. Este poder militar é sustentado e inspirado pela determinação de todas as nações aliadas para continuar a guerra contra o Japão, até que ele deixe de resistir.

3. O resultado da resistência alemã fútil e sem sentido frente o poder dos povos livres do mundo representa com terrível clareza um exemplo para o povo do Japão. O poder que agora converge sobre o Japão é imensuravelmente superior a ele, e quando aplicada aos nazistas resistentes levou a destruição das terras, da indústria e forma de vida de todo o povo alemão. A plena aplicação do nosso poder militar, apoiado pela nossa determinação, significará a inevitável e completa destruição das forças armadas japonesas e a igualmente inevitável a devastação da pátria japonesa.

4. Chegou a hora do Japão decidir se ele vai continuar a ser controlado por esses conselheiros militaristas obstinados cujos cálculos não inteligentes levaram o Império do Japão para o limiar da aniquilação, ou se ele vai seguir o caminho da razão.

5. Seguem-se as nossas condições. Não iremos nos desviar delas. Não há alternativas. Não toleraremos nenhum atraso.

6. Deve ser eliminada para sempre a autoridade e influência daqueles que enganaram e induziram o povo do Japão a empreender na conquista do mundo, por que insistimos que uma nova ordem de paz, segurança e justiça, será impossível até que o militarismo irresponsável seja expulso do mundo.

7. Até que uma nova ordem seja estabelecida e até que haja provas convincentes de que o poder bélico do Japão foi destruído, os pontos em território japonês a ser designado pelos Aliados deverão ser ocupados para garantir a realização dos objetivos básicos que estamos aqui estabelecendo.

8. Os termos da Declaração do Cairo deverão ser realizados e a soberania japonesa deve ser limitada para as ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e essas ilhas menores, como nós determinamos.

**108 A ocupação norte-americana do Japão:
— promovendo a democracia por meio do autoritarismo?**

9. As forças militares japonesas, depois de estarem completamente desarmadas, serão autorizadas a voltar para suas casas com a oportunidade de levar uma vida pacífica e produtiva.

10. Nós não pretendemos que os japoneses sejam escravizados como uma raça ou destruídos como uma nação, mas a justiça deve ser dada a todos os criminosos de guerra, incluindo aqueles que têm infligido crueldades sobre nossos prisioneiros. O governo japonês deve remover todos os obstáculos para a revitalização e fortalecimento das tendências democráticas entre o povo japonês. Deve ser estabelecida a liberdade de expressão, de religião e de pensamento, bem como o respeito pelos direitos humanos fundamentais.

11. Japão será autorizado a manter as suas indústrias para sustentar a sua economia e permitir o pagamento de suas reparações de guerra, mas não poderá manter aquelas que lhe permitiria se rearmar. Para este fim, terá o acesso, mas não o controle, de matérias-materias-primas. Eventualmente será permitida a participação japonesa nas relações comerciais mundiais.

12. As forças de ocupação dos Aliados serão retiradas do Japão, logo que estes objetivos foram realizados seja estabelecido de acordo com a vontade livremente expressa do povo japonês um governo responsável e inclinado a paz.

13. Apelamos ao Governo do Japão que proclame agora a rendição incondicional de todas as forças armadas japonesas e o fornecimento de garantias próprias e adequadas da sua boa-fé em tal ação. A alternativa do Japão é a destruição rápida e total.

Esse livro aborda a ocupação norte-americana do território japonês após o fim da Segunda Guerra Mundial e a rendição do Japão aos termos da Declaração de Potsdam, focando-se nas reformas políticas e sociais promovidas pelos Estados Unidos visando a democratização e o desarmamento do país. Liderados pelo general norte-americano Douglas MacArthur, os oficiais de ocupação governaram através da estrutura política previamente existente no Japão. Entre as mudanças promovidas, os norte-americanos criaram uma nova constituição para o Japão, alteraram o status da casa imperial, retiraram do governo oficiais que haviam promovido o nacionalismo e o militarismo no período da guerra, promoveram a separação do Estado e da religião, reformularam os setores rural e industrial da economia e modificaram o sistema educacional. Cada uma dessas reformas buscava mudar a maneira de pensar do povo japonês através da ideia de que o erro da população havia sido confiar nas autoridades militares que arrastaram o país para a guerra, tendo agora uma segunda chance oferecida pelos EUA para se tornarem uma nação pacífica. Essa ideia se tornou o cerne do posicionamento internacional do Japão após o fim da ocupação.

ISBN: 978-65-00-38537-3

DOCTOR
BOOKS